

desafios

do desenvolvimento



ipea

Antonio M. Rosario/Getty Images



Agenda trancada

As votações no Congresso estão praticamente paradas há oito meses e nenhuma das grandes reformas saiu do papel. A imobilização decepcionou setores que esperavam sinal verde para investir



TRANSPORTES

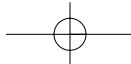
Real valorizado, inflação sob controle e até créditos de carbono impulsionam a cabotagem no Brasil

INJUSTIÇA

Os negros ainda estão longe dos brancos em todas as áreas, sobretudo no mercado de trabalho

FELIZ NATAL

As vendas pela Internet devem bater todos os recordes, turbinadas pelas compras de final de ano



Divulgação



26

Oriundo



32

Única



38

Gary S. and Vivian Chapman/Getty Images



52

desafios

do desenvolvimento

Sumário

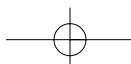
- 10 Entrevista Evando Mirra**
Podemos fazer melhor
- 20 Política Tempo carregado**
A crise fez parar as reformas microeconômicas essenciais para a economia
- 26 Logística De vento em popa**
Inflação baixa e real valorizado estimulam a cabotagem no país
- 32 Comércio Eletrônico Bit acelerado**
Vendas pela Internet batem recorde e devem movimentar 9,8 bilhões em 2005
- 38 Agronegócio Boi na linha**
Como controlar e garantir a qualidade dos produtos agropecuários
- 44 Sociedade Realidade em preto e branco**
O país da democracia racial ainda não eliminou o fosso entre brancos e negros
- 52 Melhores Práticas Uma luz na escuridão**
Laramara alia educação e tecnologia para ajudar deficientes visuais

Artigos

- 18 José Eduardo Roselino**
O Brasil não é a Índia... ainda bem!
- 25 Antonio Semeraro Rito Cardoso**
Ética pública: esvoaçante e sem pouso
- 43 Luís Anselmo Pereira de Souza**
Água no semi-árido

Seções

- 8 Giro**
- 60 Estante**
- 62 Circuito**
- 64 Indicadores**
- 66 Cartas**



Carta ao leitor

Dezembro é tempo de fazer balanços e avaliações sobre o ano que está terminando. Apesar das contas nacionais apresentarem excelente resultado, 2005 está deixando um gostinho de que não fizemos boa parte do que pretendíamos. O cenário político atravessou o segundo semestre embaixo de chuvas e trovoadas, para não dizer tiros e facadas, que consumiram as atenções de parlamentares e da população em geral. O resultado é que reformas ansiosamente aguardadas foram deixadas de lado. A reportagem de capa desta edição contabiliza o prejuízo provocado pela paralisação das votações no Congresso e avalia as perspectivas para 2006. Em compensação, longe de Brasília muita coisa está andando de vento em popa, especialmente no litoral. Uma conjunção de fatores faz com que empresários troquem os caminhões pelos navios na hora de transportar as mercadorias. Com isso, estaleiros e armadores esperam faturar mais no ano que vem. A reportagem da página 26 explica por que a cabotagem está em alta. Esse não é o único setor que comemora bons resultados. Antes mesmo de despontar o 1.º de janeiro, as empresas que investiram nas vendas pela Internet deverão registrar recordes históricos. A reportagem "Bit acelerado" mostra que o e-commerce está incorporando cada vez um número maior de consumidores, empresas e governos. Mas o movimento de inclusão, infelizmente, ainda não chegou a determinados grupos que continuam à margem dos benefícios da sociedade. A matéria "Retrato em preto e branco" aborda justamente a discriminação e o preconceito que fazem com que o Brasil trate de forma tão diversa seus filhos de diferentes raças. Vários estudos recentes comprovam que, 107 anos após a abolição da escravatura, ainda há um imenso e vergonhoso fosso a separar brancos e negros. É muito triste essa constatação, mas talvez ela sirva como uma boa sugestão de promessa para o ano novo. Assumir o compromisso de defender posturas mais justas, que ajudem a construir um país mais harmônico para todos nós que vivemos nessa casa comum que é o Brasil. Feliz 2006!

Andréa Wolffenbüttel, Editora-Chefe

Cartas ou mensagens eletrônicas devem ser enviadas para: cartas@desafios.org.br
 Diretoria de redação:
 SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 801 - CEP 70076-900 - Brasília, DF
 Visite nosso endereço na internet: www.desafios.org.br

Patrocínio



Apoio



desafios

do desenvolvimento

www.desafios.org.br

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
 PRESIDENTE Glauco Arbix

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)
 REPRESENTANTE NO BRASIL Carlos Lopes

DIRETOR-GERAL Luiz Henrique Proença Soares

ASSISTENTE Mary Cheng

Redação

EDITORA-CHEFE Andréa Wolffenbüttel

EDITOR Ottoni Fernandes Jr.

EDITORAS ASSISTENTES Lia Vasconcelos e Marina Nery

COLABORADORES Anthony de Christo, Katja Polisseni, Manoel Francisco (redação), Ricardo B. Labastier e Samuel Iavelberg (fotografia), Ivana Gomes (revisão)

PROJETO GRÁFICO E DIREÇÃO DE ARTE Renata Buono

EDITORA ADJUNTA DE ARTE Luciana Sugino

ARTE Rafaela Ranzani

FOTO DA CAPA Antonio M. Rosario/Getty Images

Publicidade

DIRETORA Bia Toledo • bia@desafios.org.br

REPRESENTANTES

BAHIA E SERGIPE Canal C Comunicação

Tel. (71) 358-7010, (71) 9988-4211 • e-mail: canalcc@canalcc.com.br

ESPIRITO SANTO • Mac Marketing e Assessoria de Comunicação

Telefax (27) 3229-2579 • e-mail: machadom.vix@terra.com.br

PARANÁ • Sec Soluções Estratégicas em Comercialização Ltda.

Tel. (41) 3019-3717 - Fax (41) 3019-3716 • e-mail: sec.thadeu@terra.com.br

RIO GRANDE DO SUL • RR Gianoni Representações

Tel. (51) 3388-7712 • e-mail: gianoni@gianoni.com.br

SANTA CATARINA • Sec Soluções Estratégicas em Comercialização Ltda.

Tel. (48) 348-4121, (48) 9977-9124 • e-mail: m.minuzzi@terra.com.br

Circulação

GERENTE Flávia Cangussu • flavia@desafios.org.br

Atendimento

Paula Gálvia (coordenadora) • paula@desafios.org.br

Redação

SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 801 - CEP 70076-900 - Brasília, DF

Tel.: (61) 315-5188 Fax: (61) 315-5031

Circulação e Publicidade

Rua Urussuí, 93, 13º andar, CEP 04542-050 - São Paulo, SP

Tel./Fax: (11) 3073-0722

Administração

Instituto Uniemp

Av. Paulista, 2198, conjunto 161 - CEP 01310-300 - São Paulo, SP

Tel.: (11) 2178-0466 Fax: (11) 3283-3386

Assinaturas

Teletarget

Tel.: (11) 3038-1479 Fax: (11) 3038-1415 • desafios@teletarget.com.br

Atendimento ao Jornaleiro

LM&X - Tel.: (11) 3865-4949

Impressão

Gráfica e Editora Pallotti

Distribuição

Dinap S.A. Distribuidora Nacional de Publicações

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
 Organização das Nações Unidas

OS ARTIGOS E REPORTAGENS ASSINADOS NÃO EXPRESSAM, NECESSARIAMENTE, A OPINIÃO DO IPEA E DO PNUD. É NECESSÁRIA A AUTORIZAÇÃO DOS EDITORES PARA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTEÚDO DA REVISTA.

JORNALISTA RESPONSÁVEL • Andréa Wolffenbüttel

por **Andréa
Wolffenbüttel**

GIRO



Fotos Stock.xchng

Monitor das reformas

A reforma eleitoral ganhou novo fôlego depois que a Comissão Especial de Processo Eleitoral aprovou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que altera as regras para o pleito do ano vem, incluindo o adiamento de 30 de setembro para 31 de dezembro do prazo para que seja feita qualquer mudança na lei eleitoral. O texto final da PEC institui as listas pré-ordenadas de candidatos, a adoção exclusiva de financiamento público para campanhas e o estímulo à fidelidade partidária, porém mantém a verticalização das coligações, instituída em 2002 pelo Tribunal Superior Eleitoral. Para que a votação seja concluída na Câmara, será preciso que a PEC seja aprovada em dois turnos pelo plenário. Se ainda sobrar algum tempo depois de tratar da reforma eleitoral, os parlamentares enfrentarão, antes do recesso, mais duas reformas que esperam na fila: a tributária e a sindical.

Exportações

A velha e boa Argentina

Um estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) propõe que o Brasil adote uma nova estratégia nas suas relações comerciais internacionais. Os autores, Fabio Giambiagi e Igor Baremboim, defendem que o país lucrará mais voltando seus olhos para a vizinha e rival Argentina do que para a distante e aliada China. Os argumentos são bem convincentes. “Entre 2002 e 2004, nossas exportações para a Argentina cresceram 215%, ante um aumento das vendas brasileiras para o resto do mundo de 54%. Na comparação entre esses mesmos dois anos, enquanto a balança comercial com a China melhorou apenas 800 milhões de dólares, devido a preços e ao

aumento da venda de commodities, a do Brasil com a Argentina melhorou 4,2 bilhões de dólares, pela expansão da venda de manufaturados. Em 2005, o Brasil deverá voltar a ter déficit na sua relação comercial com a China, enquanto estará exportando para a Argentina mais 50% em comparação com 1998, antes da crise do país vizinho. Curiosamente, quem lê os jornais ofuscado pelo fenômeno do crescimento chinês fica com a impressão de que a China é o eldorado das exportações brasileiras e vê seguidos apelos para esquecer a relação com a Argentina. Essa visão embute um sério erro de perspectiva.” São as palavras escolhidas pelos estudiosos para concluir o trabalho.

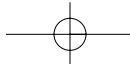
Patrimônio histórico

Controle de qualidade

O Brasil pretende adotar uma nova técnica para avaliar a conservação de seu patrimônio histórico. O método foi desenvolvido por uma organização não-governamental (ONG) italiana, a Herity (união das palavras inglesas *heritage* com *quality*, que significam “herança” e “qualidade”, respectivamente), que já certificou mais de 30 sítios históricos europeus, e envolve não só a verificação do estado dos imóveis como também

consultas a turistas e órgãos gestores. O trabalho será desenvolvido em parceria com a ONG brasileira Hospitalidade. Inicialmente, serão avaliadas as condições de dois prédios em Salvador, o Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia e o Centro Histórico. Os resultados serão apresentados no 3.º Fórum Nacional de Turismo pela Paz e o Desenvolvimento Sustentável, que acontecerá no ano que vem, em Porto Alegre.





Trabalho

Diploma para quem merece

O sonho do diploma pode estar mais perto para aqueles que nunca puderam freqüentar a escola. O governo federal está desenvolvendo um programa para conceder certificados de formação a pessoas que dominam o próprio ofício, mas não fizeram curso algum. O objetivo é reconhecer oficialmente a capacidade de pedreiros, me-

cânicos, eletricitas e tantos outros mestres que diariamente aplicam o saber em suas funções. Para receber o “diploma”, os candidatos passarão por avaliações práticas e teóricas. Ainda estão sendo definidas quais as profissões que podem receber esses diplomas e quais são os conhecimentos imprescindíveis para cada uma delas.

Premiação

Talento e empenho reconhecidos

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Caixa Econômica Federal realizam, pelo segundo ano consecutivo, o Concurso de Monografias denominado Prêmio Ipea-Caixa. O objetivo é estimular a pesquisa nas áreas de desenvolvimento econômico, social e financeiro. Um olhar apurado, técnico e qualificado sobre questões fundamentais para o Brasil foi o principal resultado do Prêmio em 2005, que distribuiu mais de 100 mil reais aos vencedores. São três áreas temáticas e duas categorias, que receberam 142 inscritos. Além do uso diversificado de metodologias econométricas, os trabalhos chegaram a conclusões fora do comum. Adriana Soares Sales, de 38 anos, assessora sênior do Banco Central, conquistou o primeiro lugar na categoria Profissionais, no tema Sistemas de Financiamento e a Oferta de Crédito, oferecendo um novo modo de explicar as falências bancárias. Já o segundo colocado da categoria Profissionais, no tema Mercado de Trabalho, foi o professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) Carlos Antonio Ribeiro. Ele utilizou

um esquema com 16 grupos ocupacionais para proporcionar descrições mais detalhadas que as anteriormente disponíveis, na monografia “Mobilidade social e estrutura ocupacional: desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho brasileiro”.

Na categoria Estudantes, o primeiro lugar no tema Mercado de Trabalho ficou com Jaqueline de Oliveira, de 23 anos, economista de Minas Gerais e bolsista do CNPq. Ela defendeu a idéia de que “mulheres chefes de família também apresentaram maior probabilidade de sobrevivência ao trabalhar por conta própria”. Jacqueline Cambota, de 26 anos, com mestrado em Economia, ganhou 20 mil reais pelo primeiro lugar na categoria Profissionais, no tema Mercado de Trabalho, pela monografia “Discriminação salarial por raça e gênero no mercado de trabalho das regiões Nordeste e Sudeste: uma aplicação de simulações contrafactuais e regressão quantílica”. As monografias vencedoras estão disponíveis no site do Ipea, www.ipea.gov.br, e em breve, no livro Prêmio Ipea-Caixa 2005, que será publicado.

Divulgação/Petrobras



Artesanato

Proteção vegetal

Fazer parte da lista de fornecedores da Petrobras é um privilégio disputado por muitos empresários. Porém, as famílias de um assentamento da reforma agrária, a 230 quilômetros de Natal (RN), conseguiram a façanha de entrar para o seletor clube, quando os técnicos da Petrobras descobriram

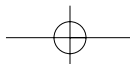
que a palha da carnaúba serve para revestir tubos por onde passa vapor em altíssima temperatura. Os assentados confeccionam a manta de palha da carnaúba que substitui com vantagens os revestimentos de alumínio. É mais barata e nunca é roubada, como acontecia com as lâminas de alumínio.

Reciclagem

Nem todas as bolsas são de valores

Encontradas em países como Estados Unidos, Espanha, Austrália e Alemanha, as bolsas de resíduos são uma tendência que começa a se consolidar no Brasil. Normalmente ligadas às federações de indústrias, essas bolsas são um serviço gratuito que divulga para empresas ofertas de compra e venda de resíduos industriais recicláveis. A fabricante paranaense de embalagens Embafort compra embalagens de madeira usadas e descartadas por outras empresas e as reutiliza no processo de produção. Toda negociação de resíduos da empresa é feita na bolsa de reciclagem da Federação das In-

dústrias do Estado do Paraná (Fiep), que funciona há quatro anos na Internet. Em média, 40% da madeira usada no processo produtivo da Embafort é de origem reciclada, o que permite, pelos cálculos da própria empresa, preservar diariamente 300 árvores de 20 anos de idade. Nos últimos 12 meses, foram negociados 820 mil reais pela bolsa de resíduos do Paraná, mas esse número pode ser maior porque nem todas os negócios são informados à federação. Bolsas semelhantes à do Paraná funcionam em Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará e Pará.



ENTREVISTA

O Brasil tem mostrado uma notável capacidade criativa e inovadora.

Evando Mirra



Ricardo B. Labastier

Podemos fazer melhor

Por **Lia Vasconcelos**, de Brasília

Um dos principais responsáveis pela organização da III Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação diz que o desenvolvimento tecnológico brasileiro depende essencialmente do envolvimento e da exigência de toda a sociedade. Para Evando Mirra, presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, a inovação não tem campos privilegiados e circula com a mesma desenvoltura desde a cozinha até o laboratório, basta ser convidada.

Também vamos encontrar esses traços no empreendimento científico e tecnológico

Desafios – Muitos dizem que o grande problema do Brasil é não conseguir transformar criatividade em dinheiro. Qual o caminho para superar essa dificuldade?

Evando Mirra – A inovação é essencialmente uma questão de sociedade, de compreensão e de envolvimento globais. O foco, naturalmente, é na empresa, mas ela não acontece se o conjunto de atores da sociedade não participar e não exigir que isso aconteça. É verdade que no caso brasileiro ganhamos mais desenvolvimento na geração de conhecimento do que na transformação desse processo em bens e serviços. Porém, a industrialização do país fez com que construíssemos um parque que é ao mesmo tempo amplo, diversificado, competente e, em alguns dos domínios, de qualidade mundial. Conjugando isso com o fato de que possuímos hoje recursos humanos do mais alto nível, treinados em pesquisa e desenvolvimento, temos, obviamente, dois dos ingredientes essenciais. Agora, eles precisam operar num movimento de sociedade, que é um movimento mais amplo, que envolve a própria dimensão do exercício da cidadania.

Desafios – O Brasil é um país inovador?

Evando Mirra – O Brasil tem mostrado uma notável capacidade criativa e inovadora. A própria cultura brasileira é original, distinta, se elabora dentro de padrões às vezes surpreendentes e com resultados que marcam a identidade. Também vamos encontrar traços disso no empreendimento científico e tecnológico. O aspecto que eu gosto de enfatizar é a competência de pesquisa existente no Brasil, porque ela tem uma configuração distinta de qualquer outro país em desenvolvimento. Temos o perfil de competência científica e tecnológica dos países avançados. Nossas possibilidades são amplas, nós podemos sonhar com muita coisa. Porém, enfrentamos dificuldades no que diz respeito especificamente à mobilização

dessa competência. O portfólio do país tem essa contradição de que o espaço e as vias de inovação estão em número relativamente pequeno, distribuídas de forma isolada, mas cada uma delas é extraordinariamente bem-sucedida.

Desafios – A que experiências o senhor se refere especificamente?

Evando Mirra – Muitos casos são conhecidos. Um exemplo clássico é que o Brasil está hoje na vanguarda da produção de tecnologia para extração de petróleo em águas profundas. É difícil subestimar a dificuldade técnica dessa atividade, o que só faz com que o sucesso brasileiro seja ainda mais extraordinário. Abaixo de 300 metros de profundidade, o corpo humano não resiste à pressão da água, portanto, não é possível trabalhar com mergulhadores, tem de usar robótica submarina. O Brasil já trabalha a mais de 2 mil metros de profundidade. Quer dizer que nós exercitamos a robótica submarina em condições absolutamente difíceis e sofisticadas. As plataformas submarinas são sustentadas por um número grande de âncoras, normalmente 16. Acontece que a partir de 800 metros de profundidade o peso das correntes de aço das âncoras se torna superior ao peso das plataformas. O Brasil desenvolveu para esse caso uma solução engenhosa, com cabos de fio plástico de alta resistência. Para conseguir isso foi preciso fazer arranjos institucionais e alianças estratégicas. Nós também conhecemos o caso da Embraer, que coloca o país em posição competitiva e vantajosa no plano internacional. Casos como a Bematech, que criou um segmento para impressoras de supermercado e gerou no plano internacional uma presença forte. O caso da WEG também é extraordinário, porque uma empresa de fundo de quintal de Santa Catarina se tornou uma das maiores empresas do mundo, implantada em mais de 50 países. No fundo, o

Um homem de muitos talentos

Engenheiro mecânico e elétrico de formação, o mineiro Evando Mirra de Paula Silva é dono de duas habilidades que poucas vezes se encontram numa só pessoa: talento para a ciência e para a administração. Essa rara combinação foi o que permitiu que ele fosse eleito membro da Academia Brasileira de Ciências, na categoria Ciências da Engenharia, no mesmo momento em que trabalhava arduamente à frente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) para organizar a III Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, ocorrida no mês passado, em Brasília. Professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mirra já correu o mundo. Fez doutorado na Universidade de Paris, aperfeiçoamento na Universidade George Washington, nos Estados Unidos, e esteve nas Universidades de Tóquio, Japão, Berkeley, Estados Unidos, e Compiègne, França, como pesquisador visitante.

Em 1986, a carreira de Mirra tomou outro rumo ao tornar-se pró-reitor de pesquisa e pós-graduação da UFMG. A gestão em ciência e tecnologia começou, então, a ocupar grande parte de seu tempo. Participou da montagem de diversos programas nacionais de cooperação universidade-empresa, da implantação de estratégias de avaliação de pesquisa e de iniciativas como a criação do Programa Institucional de Iniciação Científica (Pibic). Entre 1999 e 2001, foi presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), onde coordenou a criação da Plataforma Lattes, principal fonte de registros de ciência e tecnologia do país, com cerca de 447 mil currículos e 20 mil grupos de pesquisa cadastrados. Em 2001, aceitou o desafio de montar uma nova instituição, o CGEE, do qual foi presidente até novembro deste ano. Incansável, parte agora para novas aventuras ao assumir a direção de inovação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).



que me parece essencial é que, num número significativo de espaços, o país já deu provas de que é capaz de ter uma mentalidade inovadora.

Desafios – Mas o que falta para que essa mentalidade predomine em outros setores?

Evando Mirra – Falta que a vontade de inovar contamine a sociedade como um todo. Essa questão é essencial porque a postura da inovação não se limita a segmentos de alta tecnologia, é uma questão global. Ela opera em todo o espectro da produção porque é essencialmente uma questão de atitude. Ela consiste simplesmente em dizer que nós não estamos produzindo ainda da melhor maneira, que aquilo pode ser feito de outra forma, que pode ser feito um pouco melhor, e isso obviamente não tem limitação de objetos de trabalho ou de setor econômico.

Desafios – O senhor tem exemplos?

Evando Mirra – O pão de queijo era, até um tempo atrás, algo de experimentação doméstica, mas, quando aconteceu no Brasil aquele *boom* do congelado, surgiu a idéia de fazer uma massa de pão de queijo que pudesse ser congelada e, portanto, vendida em distâncias maiores. Houve, contudo, uma decepção. Ao reaquecer, a massa congelada não tinha boa consistência e perdia o gosto. Longe de desencorajar os envolvidos, o contratempo os levou a procurar a universidade. Inicialmente, foram os grupos de tecnologia de alimentos, especialmente da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Lá detectaram que o problema era que o fermento usado na massa não resistia a altas temperaturas. Isso transportou a questão para o campo da biotecnologia, e o problema foi resolvido com

Ganhamos mais desenvoltura na geração de conhecimento do que na transformação desse processo em bens e serviços

uma articulação entre algumas universidades e centros tecnológicos. Essa estratégia de conhecimento gerou uma nova indústria baseada principalmente em congelados. Atualmente, centenas de empresas fazem parte da Associação Nacional dos Produtores de Pão de Queijo. Essas empresas têm os mais variados portes. Isso gerou uma pauta de exportação. Hoje, quase duas dezenas de países são nossos clientes. Um exemplo

singelo como esse mostra como a agregação de valor pode transformar uma atividade simples numa geradora de riqueza, de divisas e de mudanças culturais. Essa é uma dimensão comum: a agregação de valor no processo de produção se traduz numa vida mais rica em todos os aspectos.

Desafios - A Lei de Inovação e a Medida Provisória nº 255, apelidada de MP do Bem, recentemente aprovadas, ajudam nesse movimento?

Evando Mirra - A Lei de Inovação permite, apóia, promove e legitima uma série de práticas que já existiam no país e eram apenas toleradas. Além disso, ela define questões delicadas de relação do público e privado e isso envolve movimento de capital e circulação de pessoal. A lei explicita e incentiva as possibilidades de que todo investimento público se reverta em bens e serviços. Do ponto de vista prático, a Lei de Inovação fornece, em primeiro lugar, um contexto cultural mais favorável e acolhedor. Não é pouca coisa. Porém, a existência por si só de mecanismos não garante que eles sejam amplamente utilizados. A resposta espontânea usual é que um número reduzido de empresas que já têm desenvoltura para operar esses mecanismos, mesmo em condições menos acolhedoras, fará parte daquele grupo que imediatamente será mais capaz de fazer uso disso. Se nós ficarmos restritos a esse grupo, é muito pouco. Isso não muda a natureza do problema. Para que a natureza do problema mude será necessário envolver novos atores no processo. Esses novos atores são, em primeiro lugar, o vasto universo das micro, pequenas e médias empresas. É aí que a Lei de Inovação poderá ser mais eficaz. Estão sendo criados novos instrumentos para que os mecanismos de subvenção e promoção previstos na MP 255, bem como as iniciativas previstas na Lei de Inovação, sejam instrumentalizados. O primeiro deles foi o Portal da Inovação, lançado recentemente pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), que pilotou, promoveu e financiou o processo, e o

fez, sabiamente, em articulação com grande número de setores, tanto do ambiente privado como do público. Já foi desde o início um projeto concebido dentro dessa lógica essencial que é a lógica do mutirão, que é a lógica de que não há nenhum setor, nenhum subsistema, nenhum segmento capaz de esgotar a capacidade de mobilização. O portal é um instrumento poderoso porque permite mapear de forma inédita a distribuição de competência mobilizada no país e como se manifestam as demandas e as oportunidades. Eu vejo nesses novos instrumentos uma possibilidade efetiva de começar a negociar novos contratos entre esses atores que representem esperança, e que se possa envolver gradualmente um número mais significativo de atores. É preciso dizer também que nenhuma dessas conquistas se faz de uma vez por todas e com um salto muito grande. Tanto a Lei de Inovação como a MP 255 são avanços que balizam o terreno, mas obviamente são alguns passos tímidos de uma longa caminhada que temos de fazer.

Desafios - Como a ciência, tecnologia e inovação (CT&I) podem ser usadas para a inclusão social?

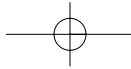
Evando Mirra - O exemplo do pão de queijo nos mostra um pouco qual é o vetor, qual a tendência e como se faz. Esse é um exemplo que mostra que é possível mobilizar o conhecimento existente, o conhecimento tácito da população. No caso, há uma cultura do pão de queijo, elaborada ancestralmente, rodada em muitas cozinhas, que encontra um conhecimento existente no ambiente acadêmico. Mas o mais interessante é o conhecimento novo gerado disso, porque no fundo o grande diferencial dos países avançados não está na capacidade de acesso ao conhecimento existente, mas na eficácia das estratégias de aprendizado e na capacidade de gerar conhecimento novo nessa interação. É esse movimento de aprendizado coletivo e de geração de novos produtos e recursos,

Temos o perfil de competência científica e tecnológica dos países avançados. Nossas possibilidades são amplas, nós podemos sonhar com muita coisa

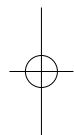
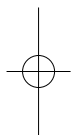
que é essencial, que faz as coisas mudarem. A questão se joga na dimensão de que segmentos crescentes da população, se apropriem dos instrumentos de conhecimento e das estratégias de aprendizado. A verdadeira inclusão é essa que permite que, de um universo modesto e familiar, como é esse do pão de queijo, a universos mais sofisticados, como é o de telecomunicações, um número maior de pessoas se aproprie desse conhecimento de tal forma que se beneficie desse processo e se capacite para inventar outras coisas, e adquira mais poder diante da vida.

Desafios - Qual o balanço que o senhor faz da III Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação?

Evando Mirra - Na minha opinião, a conferência foi um enorme sucesso. Sobretudo do ponto de vista do envolvimento dos diferentes segmentos mais imediatamente relacionados com a questão da pesquisa. A primeira conferência foi essencialmente da academia. A segunda, há quatro anos, fez um enorme esforço de mobilização dos setores políticos e empresariais. Não há medida comum para comparar o que se passou agora, foi muito melhor. Nesta conferência houve mais de 2,2 mil inscritos que participaram efetivamente, contribuindo com apresentações, nos debates ou nos compromissos que foram firmados. Houve 8 mil pessoas que acompanharam pela Internet, um número extraordinário para uma primeira experiência desse tipo. Isso representa uma manifestação muito es-



Ricardo B. Labastier



A postura da inovação não se limita a segmentos de alta tecnologia, é uma questão global. Ela opera em todo o espectro da produção porque é essencialmente uma questão de atitude

timulante de maturidade do processo de discussão. Além disso, se examinarmos setorialmente, coisas extraordinárias se passaram. Por exemplo, na conferência anterior, a participação das empresas foi trabalhada, elas reagiram bem ao convite, foram convencidos a se envolver. Desta vez, não foi preciso fazer nenhum esforço de convencimento e, ao mesmo tempo, a participação se fez com uma contribuição substantivamente maior, já que o setor empresarial foi longamente preparado por câmaras específicas. De modo que a posição trazida pela indústria resultava de uma construção muito mais elaborada. Houve outra coisa importante no que diz respeito ao marco legal que foi a presença do Judiciário. A gente tem de caminhar muito nisso não só para que as questões essenciais das estratégias de um ambiente de ciência, tecnologia e inovação tenham um marco legal progressivamente mais adequado, mas também para que o próprio entendimento seja maior, porque não basta ter um marco, essas leis têm de ser interpretadas e vão ser aplicadas em diferentes instâncias. Logo, a presença do Judiciário teve um papel muito importante. “Conferência” vem do verbo “conferir”. Portanto, é um momento importante para aferir distintas visões sobre as grandes questões que permeiam o universo da ciência e tecnologia em sua relação com a sociedade. Nesse sentido, a conferência não apenas trata de aferir essas visões distintas, mas ela deve ter papel ativo na construção de um novo tipo de entendimento, deve contribuir

para consolidar um diálogo mais amplo, uma reflexão coletiva organizada envolvendo diferentes atores do processo.

Desafios – A primeira Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação foi em 1985, a segunda em 2001 e a terceira neste ano. O que mudou nesse intervalo?

Evando Mirra – É desejável e útil que encontros dessa natureza ganhem certa dinâmica e regularidade. A área de ciência e tecnologia é uma área que vem amadurecendo, portanto, ela demorou mais para chegar a um estágio em que essas coisas se colocassem. A primeira Conferência Nacional, em 1985, claramente se organizou em torno do processo de redemocratização do país e tentava promover o diálogo. A segunda Conferência Nacional, em 2001, já se organizou com uma definição mais clara e precisa de objetivos. O produto fundamental daquela conferência foi o Livro Verde, que, em última análise, é uma radiografia do ambiente de ciência e tecnologia existente naquele momento, elaborada dentro de uma visão compreensível pela sociedade brasileira. Houve algumas coisas muito curiosas na preparação do primeiro Livro Verde. Por exemplo, alguns setores da comunidade científica reagiram dramaticamente à leitura do livro porque ele não usa uma linguagem acadêmica. Cito isso apenas para lembrar como, de alguma forma, nesses quatro anos, em que pese todas as dificuldades vividas pelo país, houve um amadurecimento considerável nessa área. Já passa quase como natural uma postura que há quatro anos parecia algo muito estranho.

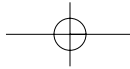
Desafios – O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, um dos responsáveis pela conferência, é uma organização social. O que isso significa na prática? Isso facilita a execução dos projetos e a própria gestão?

Evando Mirra – Faz uma diferença imensa, e foi surpreendente para todos nós, que não tínhamos nenhuma experiência nesse assunto. Ao mesmo tempo, é um formato institucional que enfrenta imensas dificuldades, algumas delas inerentes à própria novidade do mo-

delo, que é o fato de que sua absorção cultural exige um processo de amadurecimento. Apesar da experiência que o MCT começava a acumular e apesar da experiência internacional que foi consultada fortemente – é um modelo que já existe na Inglaterra, na França e em outros países –, ainda assim não se antecipava como essa instituição poderia ser estruturada no Brasil. Nesse sentido, quatro anos depois, nossa avaliação é muito positiva, pois o modelo de organização social mostra um potencial enorme como uma estratégia de interface público-privado, como forma de presença nas políticas públicas, como um espaço agregador de competências e articulações e no sentido finalístico. A contrapartida, o lado difícil, que exige construção, tem duas naturezas. Primeiro é que todo o aparato de auditoria e de controle foi construído para controle ou do setor privado ou do setor público. Essas instituições híbridas não têm ainda uma jurisprudência estabelecida nem há procedimentos e formatos já rodados. É uma novidade muito grande e coloca, portanto, para os próprios órgãos de controle, dificuldades novas que estão sendo trabalhadas e construídas. A segunda questão é o fato de que o modelo se fundamenta num respeito aos contratos que a cultura brasileira ainda não absorveu de todo. Portanto, como modelo é muito interessante, mas sua operação em condições culturais mais incertas faz com que você tenha sobressaltos e dificuldades que não foram antecipadas. Mas, sobretudo, é um modelo que se presta a ações inerentemente e essencialmente cooperativas. Nesses espaços, há um enorme potencial de realização, cuja capacidade de nós conhecemos parcialmente.

Desafios – O senhor está deixando o CGEE para trabalhar na Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. Qual é o balanço que o senhor faz de sua gestão?

Evando Mirra – É um pouco difícil fazer isso de forma objetiva porque eu era presidente do CNPq e fui envolvido



Ricardo B. Labastier

*A Lei de Inovação
apóia, promove e legitima
uma série de práticas
que já existiam no país
e eram apenas toleradas*

nesse esforço de articulação enorme vinculado à criação dos fundos setoriais e às estratégias de gestão compartilhada. Coube a mim assumir a responsabilidade pela implantação da casa, pela implantação de uma cultura nova. É uma aventura fascinante, mas ao mesmo tempo cheia de perigos. Uma estrutura nova significa gerar valores compartilhados, gerar um espaço de significação que tem de ser apropriado em conjunto, gerar um espaço de tensão criativa e criadora no plano interno e criar no plano externo um espaço de inserção no ambiente. Então, é difícil avaliar o processo. Para dizer a verdade, eu me sinto muito emocionado com o reencontro com uma coisa que me ocorreu desde o primeiro envolvimento com a administração de ciência e tecnologia, que foi quando assumi a pró-reitoria de pesquisa da Universi-

dade Federal de Minas Gerais (UFMG). E é uma coisa simples: o itinerário normal dos pesquisadores, que usualmente têm grande apreço pelo universo da pesquisa, mas manifestam pouco gosto e certa rejeição por tarefas de administração. Eu não fui exceção nesse caso. Relutei em assumir essa responsabilidade, mas acabei cedendo. Meu primeiro impacto, minha primeira surpresa, maravilhado, foi encontrar um grupo de pessoas na pró-reitoria cujo sonho maior era realizar coisas realmente úteis. Era quase como um conto de fadas, como uma visão idílica. Eu encontrei uma disponibilidade, um desejo de realizar as coisas, maltratado pelas dificuldades cotidianas em que todos estamos imersos, mas uma capacidade e competência extraordinárias, e isso fez com que nossa experiência fosse muito emocionante. Eu vivi isso no CNPq e vivi nesses quatro anos no CGEE. É muito emocionante ver que tantas trajetórias, ambições e sonhos distintos podem encontrar um espaço de convergência e materialização de um entendimento comum com forte vocação pública, desejo de construção e colaboração. Eu terminei esses quatro anos à frente do CGEE com

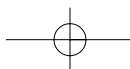
uma admiração fortalecida, um sentimento de privilégio e agradecimento pela possibilidade que me foi dada.

Desafios - Existe algo que o senhor gostaria muito de ter feito e não conseguiu?

Evando Mirra - Esses quatro anos foram anos curiosos porque quis o destino que nós convivêssemos com quatro ministros da Ciência e Tecnologia e isso significou a convivência com o desafio de atender a visões e demandas distintas. Há uma dimensão difícil nisso, porque ciência e tecnologia são claramente esforços em que a continuidade e a permanência são essenciais para que se construam visões de futuro. Portanto, tivemos e ainda temos dificuldade de estruturar as vigas mestras, os eixos mestres de competência da casa, ante a solicitações muito distintas. Há coisas que gostaríamos de ter dado seqüência, desdobramentos que não foram possíveis. O segundo aspecto menos satisfatório é o fato de que foi gerado um volume de informação e análise imenso e, embora grande parte tenha sido colocada em cena e aproveitada na formatação de políticas e ações, ainda existe um volume de informação útil e disponível muito grande que é preciso disponibilizar com mais eficácia. É um bem público que precisa trafegar como bem público.

Desafios - Se o senhor só tivesse uma "bala" para atacar os problemas que dificultam a evolução tecnológica e industrial brasileira, que alvo o senhor miraria?

Evando Mirra - Se o diagnóstico que a gente elaborou no caminho é correto, ou seja, que uma das questões-chave reside na desarticulação do sistema, então o alvo, nesse caso, seria a construção de espaços e protocolos de entendimento, de desentendimento que também é fecundo e de cooperação. Isso é mais do que um alvo, é muito abrangente, mas eu diria que o alvo me parece ser a busca obsessiva de melhorar o entendimento dos diferentes atores institucionais e parceiros e o conhecimento recíproco dos atores. **d**



O Brasil não é a Índia... ainda bem!



Divulgação

A atividade de software parece ter entrado definitivamente na agenda nacional, figurando entre os setores eleitos como prioritários pela Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE). Ainda é cedo para uma avaliação da performance dessa política, mas a inclusão do software como prioridade sinaliza a identificação de sua importância. Essa indústria é o “sangue vital” das tecnologias da informação e da comunicação, ocupando papel central nas atuais transformações produtivas.

Outra motivação é a percepção das oportunidades de conquistar presença em um mercado internacional em franca expansão. Os casos de sucesso de países periféricos no desenvolvimento dessa indústria alimentam ainda mais essas esperanças. O caso indiano é o mais chamativo. Os números bilionários são largamente propalados e sempre impressionam os mais desavisados. Não são poucos os que, seduzidos, colocam o modelo indiano como referência a ser seguida. Aqui reside o maior perigo.

Um estudo mais acurado sugere sempre uma boa dose de cautela com as estatísticas sobre software, e prudência redobrada quando se trata de comércio internacional. Não há metodologia que garanta a produção de dados confiáveis sobre o comércio desse produto/serviço tão peculiar, e os números indianos são contestados por muitos especialistas. Além disso, uma avaliação qualitativa dessas exportações revela um quadro bem menos animador. A despeito de avanços recentes, a Índia permanece especializada nas funções inferiores da “divisão internacional do trabalho”, concentrando-se nos serviços de baixo valor agregado.

Parte crescente das atividades de software é realizada diretamente por subsidiárias de empresas estrangeiras sem vínculos tecnológicos locais, restringindo os potenciais transbordamentos tecnológicos e outros efeitos sobre o sistema produtivo local. Os esforços das empresas indianas em avançar para atividades mais complexas e rentáveis são minados pela sangria anual de mais de 10% de sua mão-de-obra especializada, que migra principalmente para os Estados Unidos.

O mercado brasileiro movimentava valores comparáveis aos da Índia, mas concentra-se no atendimento ao mercado interno. Diferentemente do caso indiano, nossa indústria de software é organicamente ligada a uma estrutura produtiva complexa e diversificada.

O software impulsiona a produtividade e a competitividade em virtualmente todos os setores da economia. Sua presença como “elo” essencial em diferentes cadeias produtivas reforça a pertinência de mirar o fortalecimento dessa indústria como parte de uma estratégia de desenvolvimento nacional. Antes de ser visto como uma desvantagem, esse viés “voltado para dentro” pode ser uma oportunidade. O atendimento desse vigoroso mercado, sofisticado e exigente, é a plataforma para a obtenção de vantagens de escala e ambiente propício para uma produção diversificada e competitiva.

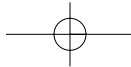
A política industrial deve reforçar as virtudes da estrutura existente, proporcionando condições para a preservação e para a consolidação das empresas bem-sucedidas no enfrentamento de um ambiente crescentemente competitivo e internacionalizado. Os avanços no *front* externo aparecerão com o desenvolvimento e o amadurecimento dessa indústria. Ainda que os números projetados estejam muito aquém dos valores bilionários dos indianos, temos a possibilidade de conquistar espaços mais virtuosos.

É preciso voltar o olhar com mais zelo para as qualidades e as potencialidades já existentes da indústria brasileira, evitando-se a sedução por “modelos” importados. Talvez seja mais um sintoma da patologia que Nelson Rodrigues sabia identificar como “narciso às avessas” do brasileiro: uma irresistível propensão a cuspir na própria imagem refletida.

A indústria brasileira de software exhibe uma configuração complexa que se reproduz numa dinâmica muito diferente da indiana. Ainda bem!

José Eduardo Roselino é economista e pesquisador do Grupo de Estudos em Economia Industrial (GEEIN) e do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal)

“O mercado brasileiro movimentava valores comparáveis aos da Índia, mas concentra-se no atendimento ao mercado interno. Nossa indústria de software é organicamente ligada a uma estrutura produtiva complexa e diversificada”



POLÍTICA

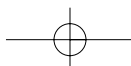
Alan Marques/Folha Imagem



Tempo carregado

Por **Ottoni Fernandes Jr.**, de São Paulo

A crise política ainda não afetou o desempenho da economia, mas fez parar as reformas microeconômicas que o Ministério da Fazenda considerava essências para garantir um crescimento sustentado de longo prazo

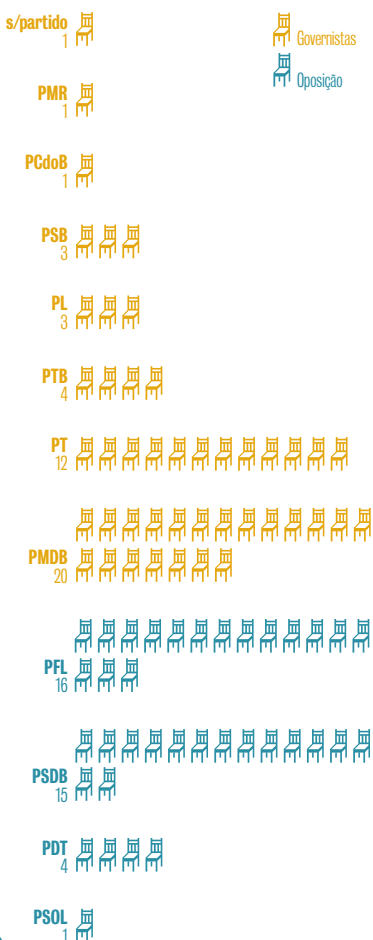


A evidência do efeito negativo para a economia da crise política provocada pelas denúncias de corrupção e compra de parlamentares pode ser vista na página da Internet do Ministério da Fazenda. Ainda não é uma queda acentuada do Produto Interno Bruto (PIB), embora analistas considerem possível um esfriamento da economia. Quem entrou no site da Fazenda no final de outubro pôde encontrar na seção de Publicações o texto “Aperfeiçoamento Institucional e Crescimento de Longo Prazo”, elaborado no final de 2004, sob a batuta de Marcos de Barros Lisboa, então secretário de Política Econômica. O documento elenca uma agenda das reformas microeconômicas necessárias para garantir o crescimento econômico sustentado de longo prazo. Os gurus do Ministério da Fazenda tinham a expectativa de colocá-las em marcha em 2005, com o apoio da maioria governista no Congresso e empurradas pelo vigoroso crescimento do PIB em 2004, que bateu em 5%. Praticamente nada foi feito. O plano de batalha foi incinerado pelas chamas da torrente de denúncias que assolou o país, e suas respectivas Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito (CPMI), que paralisaram as votações e desfizeram a maioria governista no Congresso. O objetivo das propostas da Fazenda era melhorar o aparato institucional, o que contribuiria para sustentar o crescimento econômico.

Uma das propostas era garantir autonomia ao Banco Central, que foi colocada no papel, mas abatida pelo fogo amigo dentro do executivo e de sua base parlamentar. Também ficou no plano das boas intenções o projeto de reforma das leis trabalhistas e mesmo a reforma sindical. O documento da Fazenda defendia a urgência da continuidade da reforma tributária, com a unificação das alíquotas estaduais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) e a criação do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) em 2007. Nada deverá ser votado em 2005, embora a Fazenda tenha tentado atrair os prefeitos para que apoiassem a proposta de reforma tributária, ao admitir aumentar de 22,5% para 23,5% a fatia do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto de Renda que vai para os mu-

Perfil do Senado

Número de senadores por partido



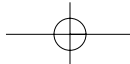
Fonte: Senado Federal

nicipios. Um dos efeitos da crise política foi que o governo perdeu a capacidade de articular a negociação, que envolvia governadores e suas representações parlamentares, além dos prefeitos. Não são boas as perspectivas para fazer avançar a reforma tributária no próximo ano. “As chances de aprovar a reforma tributária, mesmo em 2006, um ano eleitoral, são próximas de zero”, avalia Fábio Giambiagi, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O Congresso aprovou uma única mudança na área fiscal, porém ela não constava no mapa do Ministério da Fazenda. Foi a chamada Medida Provisória do Bem,

sancionada em novembro, que implica a renúncia fiscal de 5 bilhões de reais anuais e atendeu à demanda de diversos setores da sociedade pela redução da carga tributária. Mesmo assim foram necessários vários meses de negociação no Congresso. Em contrapartida, o Senado fulminou em novembro a medida provisória (MP) que unificava as máquinas de arrecadação da Fazenda e da Previdência, criando a Super-Receita. Embora doutrinariamente fossem favoráveis à medida, os senadores não quiseram dar espaço ao fortalecimento do governo Lula. Foi um aviso das dificuldades que o governo federal enfrentará em 2006 para emplacar vitórias no Congresso. O fato de a proposta de reestruturação da máquina federal de arrecadação ter vindo como medida provisória, e não como projeto de lei, foi a argumentação usada para bloquear a votação no Senado, depois que a mudança havia sido aprovada na Câmara. Para a alegria de funcionários da Previdência que lotaram as galerias do Senado para protestar contra a MP 258, que cria a Super-Receita.

O plano de ação da Fazenda listava como prioridade o aperfeiçoamento da legislação tributária para micro, pequenas e médias empresas, defendida por diversas entidades empresariais, entre elas a poderosa Confederação Nacional da Indústria (CNI). Depois de muitas consultas públicas, o governo federal remeteu um projeto de lei complementar para o Congresso. É uma das poucas iniciativas que podem ter sucesso, pois o relator da Comissão Especial encarregada de avaliá-la, o deputado federal Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), tratou de montar uma nova proposta unificadora, incluindo vários outros projetos sobre o tema que estão em discussão na Câmara Federal. Existe alguma resistência de governadores e prefeitos, que teriam de abrir mão de parte da receita tributária, mas podem ser grandes os benefícios, pois “o objetivo do estatuto é trazer as empresas para a formalidade, sem provocar prejuízos para nenhum estado”, defende Hauly. Para tentar acelerar a votação, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, entregou no dia 10 de novembro, aos presidentes da Câmara e do Senado, um



O plano de ação da Fazenda listava como prioridade o aperfeiçoamento da legislação tributária

documento com 100 mil assinaturas de apoio à Lei Geral das Micro, Pequenas e Médias Empresas. Na ocasião, Renan Calheiros, presidente do Senado, defendeu o projeto, “para que o país tenha competitividade”. A proposta, uma vez aprovada na Câmara, segue para o Senado. “A lei tem boas chances de ser aprovada no Congresso, mas não em 2005”, avalia José Augusto Coelho Fernandes, diretor executivo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), lembrando que esse projeto também está na agenda mínima da instituição, divulgada em agosto (leia quadro na pág. 24).

Um dos objetivos das medidas propostas no plano de reformas microeconômicas da Fazenda era melhorar “o ambiente de negócios”, o que incluía o projeto de Reestruturação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) e medidas para reduzir os prazos e as exigências burocráticas para abertura e encerramento de empresas. Houve atraso dentro do próprio governo para chegar ao projeto do SBDC, que unifica as estruturas encarregadas do setor existentes nos ministérios da Justiça e da Fazenda e cria normas para a aprovação de fusões entre empresas. O projeto está na Câmara, mas os partidos não tinham, até o final de novembro, indicado os componentes da comissão especial que vai discutir-lo. Segundo José Ivo Vannuchi, assessor do ministro da Fazenda e supervisor de assuntos parlamentares, são remotas as chances de o projeto ser aprovado em 2005. “Já foi um parto demorado aprovar o projeto dentro do governo federal e será ainda mais difícil a negociação no Congresso, pois tem gente dentro do próprio Partido dos Trabalhadores (PT) que acha que desvaloriza as empresas de capital nacional”, adverte Ronaldo Seroa Mota, pesquisador do Ipea.

Medidas complementares à Reforma Judiciária também constam na agenda de reformas microeconômicas da Fazenda. Entre elas uma que busca diminuir o custo de resolução de conflitos por meio de um projeto de lei para reformar o Código do Processo Civil e agilizar os processos judi-

Maioria governista na Câmara é eventual

Número de deputados federais por partido

 Governistas
 Oposição

PMR 2 

PSC 6 

PV 8 

PCdoB 10 

PPS 15 

PSB 29 

PL 39 

PTB 44 

PP 53 

PMDB 80 

PT 82 

PFL 61 

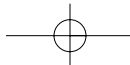
PSDB 55 

PDT 20 

PSOL 7 

PRONA 2 

Fonte: Câmara dos Deputados



para micro, pequenas e médias empresas, defendida por diversas entidades empresariais

ciais desestimulando a interposição de recursos meramente protelatórios. O objetivo é dar maior fluidez e reduzir o prazo nas decisões judiciais que afetam o ambiente de negócios. O Ministério da Justiça assumiu a responsabilidade por fazer as consultas públicas e dar forma final à proposta, mas encontra dificuldade em cumprir a missão, especialmente devido à resistência da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), como lembra Armando Castelar, pesquisador do Ipea. No caso, a culpa não foi dos parlamentares, mas técnicos do próprio Ministério da Fazenda admitem que a crise política afetou a capacidade de negociação do Ministério da Justiça.

Outro setor que sofreu um baque com o desvio das atenções do Congresso foi o da Previdência Complementar. A medida provisória que criava a Superintendência Nacional de Previdência Complementar caducou no dia 14 de junho, precisa data em que o então deputado Roberto Jefferson depôs na CPMI dos Correios. O objetivo da Superintendência era criar uma autarquia com mais recursos financeiros e humanos para supervisionar e fiscalizar os Fundos de Pensões. Desnecessário dizer que ninguém no Plenário estava pensando no assunto. “Tínhamos o apoio ostensivo do mercado, que quer e precisa de um órgão fiscalizador mais ágil, mas não houve jeito”, lembra Adacir Reis, que responde pela Secretaria de Previdência Complementar, ligada ao Ministério da Previdência Social. Com isso, as cerca de 2,2 mil empresas que patrocinam fundos de pensão para seus empregados ficam à espera de outra oportunidade.

O final de 2005 se aproxima e é pouco provável que o governo consiga realizar a mesma façanha de dezembro de 2004, quando às vésperas do recesso parlamentar foram aprovadas leis importantes, como a da Inovação, das Falências e as Parcerias Público-Privadas. As perspectivas para 2006 são piores. “Haverá pouco tempo de trabalho para votar as medidas na área econômica que estão na fila de espera, pois o ano será curto e no segundo semestre o Congresso ficará em estado de suspensão



Paulo Skaf, da Fiesp entrega a Renan Calheiros, presidente do Senado, manifesto pela Lei das MPE's

devido às eleições, que incluirão a renovação de um terço do Senado e todos os deputados federais”, lembra Castelar. Para ele, avançar na agenda de reformas microeconômicas ajudaria a dar segurança aos empresários e a atrair novos investimentos, o que considera fundamental “para acelerar a economia, pois o Brasil está crescendo menos do que outros países em desenvolvimento e desenvolvidos”. Segundo Castelar, muitos empresários brasileiros estão inseguros quanto ao futuro imediato e estão investindo no exterior.

Otimismo Na avaliação de Raymundo Magliano Filho, presidente da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), o fato de a CPMI dos Correios funcionar até abril aumentará a dificuldade para o governo federal aprovar reformas no Congresso, como a tributária, especialmente porque mexe no pacto federativo em vigor. Otimista, Magliano acha que esse enfraquecimento do Estado acaba fortalecendo a sociedade civil, “que passa a ocupar novos espaços políticos, em detrimento do mundo dos políticos”. Foi o que aconteceu quando ficou patente que não se-

ria possível mudar a Lei das Sociedades Anônimas, devido a resistências na sociedade e no Congresso: “Nossa solução foi criar o Novo Mercado na Bovespa, com regras que atraíram um grupo seletivo de empresas, que assumiram os compromissos de transparência e boa governança corporativa”. Magliano transmite uma crítica que vem do setor financeiro: o governo Lula não quis ou não pôde assumir o papel de condutor dessa mudança da Lei das Sociedades Anônimas, que completa 30 anos em 2006 e precisa ser atualizada para ficar em sintonia com a modernização do mercado de ações.

Para tentar compensar a incapacidade de aprovar a agenda de reformas microeconômicas e dar um horizonte de tranquilidade aos investidores, os ministros da Fazenda e do Planejamento colocaram na mesa de negociação uma proposta de aumento do rigor do ajuste fiscal por meio de superávits bem maiores das contas públicas. Na época, o ministro Antonio Palocci, da Fazenda, defendeu a necessidade de um firme controle dos gastos públicos com o objetivo de alcançar, em cinco anos, um déficit nominal zero, em que os resultados superavitários do orçamento dos três níveis de governo seriam suficientes para pagar os juros da dívida pública e assim reduzi-la substancialmente. A proposta provocou reações adversas dentro do próprio governo federal e quem teve de arbitrar a discussão foi o próprio presidente da República, ao estabelecer metas de superávit maiores do que queria a Casa Civil, mas menores do que as desejadas por Palocci e Paulo Bernardo, ministro do Planejamento. Ao mesmo tempo, era divulgada a pesquisa de opinião da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) e do Instituto Sensus mostrando que caiu de 50% em setembro para 46,7% em outubro a fatia da população que apoiava o desempenho pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Também apontou que 52,7% dos entrevistados consideravam inadequada a política econômica do governo federal, que mereceu a aprovação de apenas 35,3% dos entrevistados.

É a primeira vez, desde a ditadura militar, que o governo não tem maioria no Senado

A outra agenda

Assim como o Ministério da Fazenda, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) também confeccionou uma agenda mínima de mudanças necessárias para dar competitividade ao setor produtivo brasileiro. O documento foi divulgado em agosto do ano passado, e 16 meses depois, pouco do que foi proposto avançou, tanto no Congresso como no Executivo Federal. “Nada será aprovado neste ano. Mesmo assim, tenho esperança de que possa haver algum avanço em 2006, apesar das eleições gerais”, avalia José Augusto Coelho Fernandes, diretor executivo da CNI. Uma das mudanças que está parada é a do marco regulatório do setor de saneamento, essencial para criar um ambiente institucional seguro para que os investidores privados entrem no setor. Existe um projeto de lei que se encontra na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, mas esbarra no enorme conflito entre os estados e municípios sobre quem tem o poder de fazer a concessão do serviço.

No caso da complementação da reforma tributária, Fernandes duvida que o processo seja concluído em 2006, mas não lamenta. “Na verdade, estamos torcendo para que não aconteça, pois para resolver as pendências entre governos estaduais, prefeituras e a União vai acabar havendo um aumento da carga tributária e o sistema ficará ainda mais complexo.”

No caso do aperfeiçoamento da Lei Geral das Micro, Pequenas e Médias Empresas, para reduzir a informalidade e a carga tributária, Fernandes acredita que há chances de passar em 2006, mas adverte: “A oposição pode não querer entregar esse doce para o governo Lula e tentar obstruir o processo, mas confio que a pressão da sociedade evitará esse perigo”.



Manifestação de previdenciários contra a aprovação da MP 258, que cria a Super-Receita

Diante da pressão da militância do PT, da queda da popularidade do governo e de olho nas eleições de 2006, o caminho foi abrandar o rigor fiscal.

As mais difíceis batalhas do governo no Congresso serão travadas no Senado, onde os aliados são minoria. Formalmente, os quatro partidos de oposição, Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido da Frente Liberal (PFL), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), somam 32 entre os 81 senadores (veja tabela na pág. 21). Mas não é só. Também votam contra o governo muitos dos 20 senadores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e alguns do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Até a crise provocada pelas denúncias, o executivo tinha maioria na Câmara dos Deputados. Depois disso, só conseguiu mobilizar a base aliada para eleger Aldo Rebelo como presidente da Casa e em poucas negociações, como a MP do Bem. Porém Giambiagi, do Ipea, acredita que possa haver algumas surpresas por parte da oposição em 2006, permitindo aprovar determinadas propostas da agenda microeconômica do Ministério da Fazenda. “Como o PSDB tem chance de ganhar as eleições presidenciais em 2006, pode querer aprovar certas reformas que facilitarão a vida do executivo de 2007 em diante.” Mesmo assim, vale registrar que a dura atitude do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que comandou, em novembro, a derrota da me-

tida provisória que criava a Super-Receita, indica que o governo federal não terá céu de brigadeiro no Senado. É bom lembrar que desde a redemocratização no Brasil, com exceção de parte do mandato de Fernando Collor, o governo federal sempre teve maioria no Senado. Um impasse que tire a iniciativa do governo Lula no Congresso pode acabar rachando o escudo que até agora protegeu a economia, em especial os indicadores financeiros, do tiro de política.

Eficiência A lógica implícita no roteiro de reformas microeconômicas do Ministério da Fazenda é que boas instituições contribuem para acelerar o desenvolvimento econômico, que não depende apenas de fatores mensuráveis, como a taxa interna de poupança ou o nível dos juros reais. Segundo o documento, escrito sob a coordenação de Lisboa, “um dos temas dominantes nos trabalhos recentes sobre desenvolvimento econômico é a ênfase da importância do desenho institucional e legal para o adequado funcionamento tanto dos mercados quanto das políticas públicas”. Um documento mais recente do Banco Mundial, de julho de 2005, com o título “Onde Está a Riqueza das Nações? – Medindo o capital para o século XXI”, vai na mesma direção. “Se uma economia tem um eficiente sistema judicial, claros direitos de propriedade e um governo eficaz, terá como resultado maior riqueza total e, portanto, maior capital intangível”, sustenta o estudo. **d**

Ética pública: esvoaçante e sem pouso



Divulgação

Já há consenso de que a gestão da ética na administração pública é fator indispensável para a efetividade das políticas públicas. Diversos instrumentos foram criados com esse objetivo, como a Comissão de Ética Pública, o Código de Conduta da Alta Administração, dos Agentes Públicos da Presidência e Vice-Presidência e do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, entre outros.

A primeira reflexão que somos levados a fazer refere-se ao porquê de tantos instrumentos para tratar do mesmo assunto. Com certeza, isso ocorre tanto pela inexistência de consenso acerca do que é ético, como pelo próprio anseio social em ter interlocutores éticos e justos.

Dessa forma, paira no ar a “aeticidade” em que se discutem os padrões éticos de conduta e a ética no serviço público, sem que a ética pouse em algum lugar como condicionante do comportamento de políticos, executivos, governantes e gerentes. Complexos, comportamentos éticos não se garantem por meio de códigos de conduta, castrações de direitos ou punições de desvios. A própria deontologia administrativa, ciência que estuda quais são os deveres dos administradores públicos como guardiões do bem público-coletivo, não consegue explicar o desmoronamento das condutas éticas.

Isso ocorre porque ética, proveniente do grego *ethikós*, refere-se à essência dos atos humanos e tem como objeto a moralidade desses atos, variável num contínuo que vai da bondade à malícia de comportamentos humanos. Todo pensamento ético gravita em torno de duas questões fundamentais: o bem ou o mal. Assim, ética é basicamente uma questão axiológica, porque diz respeito aos valores humanos em que o humano do ser, em linguagem fenomenológica, se sobrepõe ao ser humano.

É possível perceber que são os valores predominantes na sociedade brasileira e em seus governantes e políticos os fatores determinantes da qualidade dos serviços públicos. Ilusões e esperanças têm se desmoronado e é possível distinguir três fatores responsáveis por isso.

Antes de tudo, destaque-se que cada um car-

rega consigo mesmo uma hierarquia abstrata de valores que orienta suas escolhas. Pode colocar no ápice da cadeia hierárquica a solidariedade, a comunhão, o interesse público ou, em vez disso, a rivalidade ostensiva, o individualismo exacerbado e o interesse pessoal. Em segundo lugar, possui uma visão, mais ou menos esquemática, das forças em competição, avaliando as que se sintonizam com seus valores e rejeitando e se opondo às que deles se afastam.

Esses dois fatores são condicionados por um terceiro: o fluxo de informações que se registram no cérebro humano. A globalização da informação pode conduzir à desinformação na medida em que a agilidade e a rapidez desse fluxo, além de sua quantidade em prejuízo da qualidade, levem administradores públicos a filiar-se a forças destruidoras de seus valores, impedindo sua realização.

Valores se constroem, destroem e reconstróem em movimento incessante e dinâmico. Nesse processo, urge estancar o processo de destruição dos valores éticos na administração pública. Pousem eles definitivamente em nosso chão, tarefa de todos, e não só de um ou de determinados segmentos da sociedade.

Essa tarefa implica ousadia, coragem, vontade política firme, inclusão social, práticas gerenciais transformadoras, descentralização de poder e, sobretudo, preservação de valores éticos. Queremos causar perplexidade para que o leitor, principalmente se lida com a coisa pública, perceba seu papel como protagonista de mudanças na administração pública, olhando e garantindo o humano do ser, principalmente quando o ser humano pode se contrapor ao humano de outro. Isso significa, portanto, que a ética vai se impor mais por um movimento interno das pessoas do que por meio de regras ou instrumentos de trabalho. O que importa é o uso desses instrumentos, preservando o humano. Só assim se finca a ética, deixando de pairar esvoaçante.

Antonio Semeraro Rito Cardoso é técnico de planejamento e pesquisa e ouvidor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Este artigo foi escrito com a colaboração de Paulo Reis Vieira, Ph.D. em Administração Pública pela Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos

“Ética é basicamente uma questão axiológica, porque diz respeito aos valores humanos em que o humano do ser, em linguagem fenomenológica, se sobrepõe ao ser humano”

LOGÍSTICA



Por **Manoel Francisco**, de Brasília

De vento em popa

Estabilidade econômica, taxa de câmbio favorável e até o Protocolo de Kioto estimulam a cabotagem no Brasil. Pela primeira vez o país reúne uma série de condições necessárias para realizar o projeto de aproveitar a extensa costa e os largos rios como estradas sem buracos nem acidentes, que unem os principais mercados consumidores nacionais

Divulgação



O porto de Suape, no Estado de Pernambuco, está localizado a uma distância de 800 quilômetros dos principais centros de consumo da região

Bons ventos andam soprando para a cabotagem brasileira e os números da navegação comercial doméstica, realizada na costa e em rios navegáveis, aumentam a um ritmo elevado nos últimos anos. Entre 2000 e 2004, o segmento cresceu à taxa média anual de 87% e só no ano passado, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 4,9%, a cabotagem cresceu 62%. A realidade já é animadora, e as projeções são mais ainda. Um trabalho do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) avaliou que a quantidade de mercadorias passível de ser transportada por rio e por mar é dez vezes maior do que a embarcada atualmente. A cabotagem é ideal para levar cargas por uma distância superior a 1.000 quilômetros. Se fosse deslocado para o mar o que hoje é transportado por terra, o setor poderia ter faturado em 2004 a cifra de 311 bilhões de reais, o correspondente a dez vezes o que foi efetivamente movimentado, segundo observaram os pesquisadores do Ipea Carlos Alvares da Silva Campos Neto e Marília de Barros Santos. “Estamos atravessando um momento bastante positivo. Depois de um ano de estudos, chegamos à conclusão de que existe enorme possibilidade de crescimento dos serviços de cabotagem no Brasil”, afirma Campos Neto.

Estabilidade Antes da metade da década de 90, com a população e o mercado reféns de altos níveis de inflação, nenhum empresário se arriscava a transportar seus produtos por mar devido ao tempo necessário para percorrer a costa. A estabilidade econômica trouxe o fim da depreciação imediata dos preços, o que ajudou a cabotagem. Outro elemento a favor foi a diminuição da taxa de câmbio. Com ela, o transporte marítimo, que é cobrado em dólar, acabou tornando-se mais competitivo se comparado ao preço dos fretes rodoviários, cobrados em reais. A situação das estradas é o terceiro fator a explicar a corrente de expansão diagnosticada pelos pesquisadores do Ipea. O abandono e a crescente deterioração das rodovias têm cada vez mais tirado o sono dos empresários que precisam deslocar suas mercado-

rias da fábrica até os clientes distantes. Conforme dados da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), cerca de 54,6% das estradas brasileiras encontram-se em estado ruim ou péssimo, aumentando os riscos de acidentes e o tempo das viagens.

O estudo elaborado pelo Ipea mostra que é grande a relação de segmentos da indústria que podem se beneficiar com a cabotagem. No topo do *ranking*, figura o comércio atacadista, seguido das indústrias de produtos químicos, dos fabricantes de produtos alimentícios e bebidas, das montadoras e dos fabricantes de produtos eletrônicos (veja gráfico na pág. 29). É o caso da LG do Brasil. Há três anos a empresa optou pela cabotagem como estratégia logística para atender a seu mercado espalhado por todo o território nacional. Com fábricas trabalhando a todo vapor na Zona Franca de Manaus, era complicado fazer os produtos chegarem aos clientes apenas por transporte rodoviário. “Hoje a cabotagem responde por 40% de nossa movimentação de cargas. Se não fosse ela, seria impossível atender a todos os clientes no prazo estabelecido”, explica o gerente de logística da companhia, Carlos Alberto Pontes Pinto e Silva. São aproximadamente 400 contêineres por mês percorrendo o rio Amazonas, contornando o nordeste brasileiro e finalmente aportando nos terminais de Santos. A viagem dura cerca de 18 dias, oito a mais do que levaria pelas estradas, mas o custo e a segurança acabam por compensar. Silva afirma que, apesar dos preços de cabotagem serem atraentes, os valores praticamente se equivalem aos do transporte rodoviário, uma vez que a carga demora mais para chegar a seu destino. Ele sugere que novas políticas de incentivo sejam criadas para aumentar a rivalidade com o modal rodoviário a ponto de a redução nos gastos com transporte refletir-se em melhores preços para o consumidor final.

Porém, tornar a cabotagem mais competitiva não é tarefa simples. Seriam necessárias providências em diversos setores, apontam os especialistas. Uma das prioridades é acabar com os entraves burocráticos enfrentados pela tripulação das embarcações. “Há uma longa fase a cumprir

Os números da navegação comercial doméstica vêm subindo a um ritmo elevado.



Divulgação

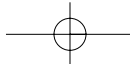
A Aliança Navegação é uma das três empresas que mantêm rotas fixas e periódicas entre os portos brasileiros

em cada terminal que, em muitos casos, é totalmente desnecessária. O setor portuário brasileiro ainda é carente de atividades específicas para cabotagem. Com elas, o tempo economizado seria enorme”, observa Meton Soares, diretor da Federação Nacional das Empresas de Navegação Marítima, Fluvial, Lacustre e de Tráfego Portuário (Fenavega) e vice-presidente do setor aquaviário da CNT. E não é somente a complexidade burocrática que atrasa as cargas. Segundo Soares, o que falta é uma política nacional para o transporte marítimo. “O país virou as costas para o mar, desprezando seu enorme potencial. Salvo raras exceções, os operadores portuários trabalham com maquinário completamente obsoleto. O país precisa criar maturidade, perceber que tem dimensões continentais e, então, vai ganhar muito com a cabotagem. Pense só na quantidade de postos de trabalho que podem ser abertos.”

Contêineres Faz sentido. O setor atravessa uma situação curiosa: há demanda e faltam elementos essenciais para atendê-la. Investir em seu desenvolvimento ampliaria rapidamente a oferta de vagas no mercado de trabalho, além, é claro, de facilitar o escoamento da produção. Em primeiro lugar, o país é vítima da carência mundial de contêineres, provocada especialmente pela China, principal comprador mundial de aço, a matéria-prima do produto. Enquanto o custo da produção de cada unidade no mercado internacional está na casa dos 800 dólares, aqui um contêiner não sai por menos de três mil dólares. “O Brasil chegou a contar com uma empresa fabricante de contêineres, mas ela foi desativada. Essa é uma questão séria que o país precisa resolver o quanto antes”, enfatiza Soares.

Como se isso não bastasse, também faltam navios para cobrir os mais de oito mil quilômetros de costa marítima e os 15 mil

de trechos fluviais navegáveis. Dispor de mais navios para transporte de carga, no entanto, é bastante difícil. Devido ao alto custo das embarcações, os estaleiros precisam de capital, e qualquer valor acima de 40 milhões de dólares requer um financiamento do Fundo de Marinha Mercante (FMM), liberado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), difícil de ser conseguido em razão da demora no processo e das garantias necessárias. Para Cláudio Décourt, vice-presidente executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (Syndarma), os procedimentos são demorados a ponto de os estaleiros desistirem da obtenção de recursos. “O problema não é o tempo de construção, que pode superar dois anos. É o tempo de liberação dos recursos. Infelizmente, o BNDES tem sido extremamente lento na análise desses projetos, o que acaba comprometendo o mercado”, explica Décourt. O Sin-



Só no ano passado, enquanto o PIB aumentou 4,9%, a cabotagem cresceu 62%

dicato Nacional das Indústrias de Construção Naval (Sinaval) não esconde: o mar está para peixe, mas não para tubarões. Os estaleiros superaram a crise de anos atrás e mantêm-se ocupados construindo embarcações de pequeno e médio portes, e de apoio marítimo, mas faz anos que não recebem encomendas para a construção de grandes navios. Sem navios novos em operação, as cargas continuam sendo transportadas por embarcações ultrapassadas, de segunda geração, com capacidade de até 1,2 mil contêineres. “Há um enorme desejo dos produtores de expandir a cabotagem no país, afinal não faz sentido transportar dezenas de milhões de toneladas por rodovias”, ressalta Paulo Fernando Fleury, diretor do Centro de Estudos em Logística do Coppead, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Algumas novidades, porém, podem transformar esse quadro. “É fato que os estaleiros não recebem encomendas de grandes embarcações para cabotagem desde 1996. Mas agora, após diminuirmos a taxa de juro para os financiamentos de construção de embarcações de carga de um teto de 7% ao ano para um piso de 2,5%, e com algumas simplificações das exigências, creio que os armadores vão passar a investir na construção de navios desse porte”, torce Sérgio Bacci, secretário de fomento do Ministério dos Transportes e ex-diretor do FMM. No ano que vem, além do BNDES, o FMM vai contar com o Banco do Nordeste, o Banco do Amazonas e o Banco do Brasil como agentes financiadores.

Mas o maior impulso à indústria naval veio da Transpetro (subsidiária de transportes da Petrobras), que anunciou a encomenda de 42 navios petroleiros. Só no primeiro lote do negócio, que deve movimentar quase dois bilhões de dólares, serão licitados 26 navios de apoio a embarcações *off-shore*, destinados ao transporte de suprimentos e passageiros. O investimento estimado para a construção desses navios é de 430 milhões de dólares e implicará na geração de pelo menos 25 mil novos empregos. Outra transportadora que também avisou

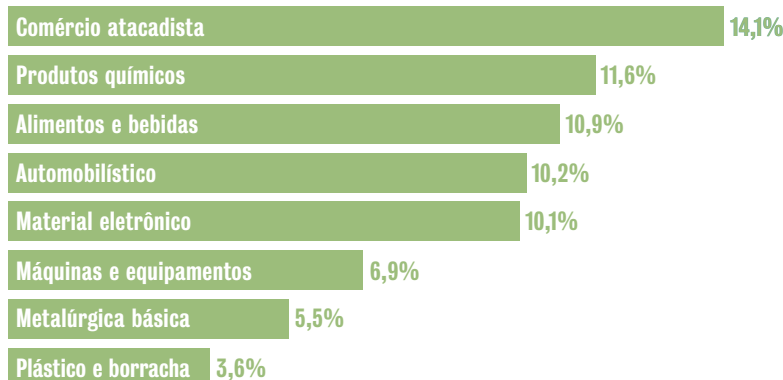
que vai às compras é a Aliança Navegação, uma das maiores do país. Ela pretende adquirir quatro navios para cabotagem ao custo de 60 milhões de dólares cada unidade. Entretanto, Mathias Staubli, gerente de marketing da Aliança, diz que, apesar de as negociações estarem adiantadas, o projeto ainda não saiu do papel. A empresa, ligada ao grupo alemão Hamburg-Süd, é o principal armador nacional, com faturamento de 665 milhões de dólares em 2004 e sete navios em operação. Os outros dois armadores em atividade são a Docenave, da Companhia Vale do Rio Doce, com cinco navios; e a Mercosul Line, da dinamarquesa Maersk Sealand, que recentemente ad-

quiriu o grupo P&O Nedlloyd por 2,3 bilhões de euros, operando com dois navios. Essas três empresas são as únicas que dispõem de rotas regulares para cabotagem marítima e fluvial com saídas semanais dos principais portos do país.

Além da resolução dos problemas enumerados por estaleiros e transportadores, existem algumas estratégias que poderiam colocar mais vapor na caldeira da cabotagem nacional. Uma delas seria a criação de um porto concentrador, ou *hub port*, no país. Esse tipo de porto recebe toda a importação e a exportação, e realiza o transbordo da carga de um navio estrangeiro para um de bandeira brasileira, que

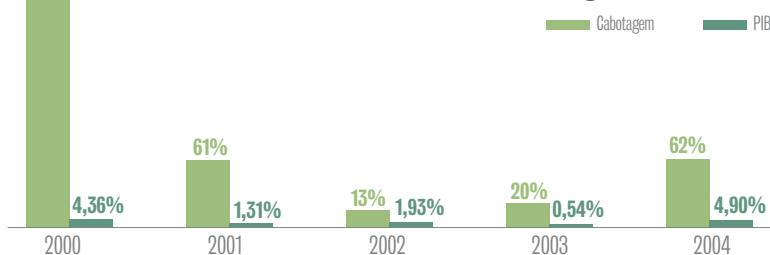
Setores com maior potencial de utilização de cabotagem

Percentual das cargas que poderiam ser transportadas por mar e rio

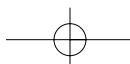


Fonte: Ipea

Comparação entre crescimento da cabotagem e do PIB



Fonte: Docenave



A encomenda de 42 navios, pela Transpetro, deve gerar 25 mil empregos

Manoel F.F. Souza/CODESP



O Porto de Santos é o mais forte candidato a ser transformado em hup-port

leva a mercadoria a outros portos nacionais. A pesquisa do Ipea apontou grandes perspectivas na implantação de um *hub port*, considerando que, em 2004, o país atingiu a cifra de 50 bilhões de dólares de potencial de crescimento de cabotagem por meio do transbordo de cargas. De olho na possibilidade, a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) tomou a iniciativa de diminuir pela metade suas taxas na tabela de preços de infra-estrutura portuária. A medida ainda depende de aprovação do Conselho de Autoridade Portuária de Santos, mas tem tudo para dar certo: um estudo realizado pela área comercial e de desenvolvimento do porto indicou que a aplicação do incentivo geraria um aumento na movimentação de cargas de 10,9%, o equivalente a 172 mil contêineres. “É imprescindível, no entanto, que ocorra a união de esforços de todos os envolvidos na prestação dos serviços para angariar de fato esses contêineres e daqui redistribuí-los a outros pontos. Queremos que essa tendência se consolide até como meio para repensar a matriz de transporte no país”, destacou Fabrício Pierdomênico, diretor comercial e de desenvolvimento do

porto responsável pela movimentação de 26,8% da balança comercial brasileira. Das pouco mais de 67 milhões de toneladas que Santos movimentou no ano passado, cerca de 9,6 milhões foram de cabotagem. O acumulado até setembro deste ano já passa de 6 milhões de toneladas.

Carbono Mas Santos não é o único a trabalhar na busca de alternativas para incrementar a competitividade. O porto de Suape, no estado de Pernambuco, está localizado a um raio de 800 quilômetros dos principais centros de consumo da região e a quatro mil milhas marítimas dos grandes centros de distribuição do planeta. Assim, ele também é um forte candidato a *hub port* brasileiro, e seu calado de 15,5 metros facilita o acesso das embarcações de última geração. O porto de Salvador é outro que deve receber novos investimentos. Segundo dados da Companhia Docas do Estado da Bahia (Codeba), devem ser aplicados cerca de 70 milhões de reais para resolver as dificuldades de acesso aos terminais. Estimulada pela presença da Ford no estado, a Aliança Navegação espera encerrar 2005 movimentando, em Salvador, 30 mil TEUs

(unidade padrão de contêiner de 20 pés).

Mas quem pensa que apostar as fichas na cabotagem é tão-somente uma estratégia comercial está enganado, também há um aspecto ambiental. Transferir o transporte de cargas da terra para o mar ajuda a reduzir os níveis de poluição no planeta. Pesquisadores da Codesp desenvolveram um estudo para verificar a quantidade de gases tóxicos lançados na atmosfera pelos caminhões e a compararam com a dos navios. Os resultados foram espantosos. Durante o período de um ano, aproximadamente 2,5 milhões de toneladas de dióxido de carbono são lançadas no ar pelos veículos de carga que trafegam nas estradas fazendo o trajeto Santos-Fortaleza. O número poderia praticamente sumir com a cabotagem, já que o índice de poluição no modal marítimo é 99% menor do que no rodoviário. As partículas são as responsáveis diretas pelo chamado efeito estufa e, conseqüentemente, pelo aquecimento global. Consta, num dos itens do Protocolo de Kioto, que os países em desenvolvimento, como o Brasil, podem “vender” sua economia de poluentes para países que ultrapassam o limite de emissão de gases, como o Japão e boa parte da União Européia. Então, ao desviar das estradas para o mar a carga do trecho Santos-Fortaleza, o Brasil receberia como “recompensa” cerca de 10 milhões de dólares da Agência Internacional de Energia via Ministério da Ciência e Tecnologia. “Nossa visão não está focada primordialmente nos créditos em dólar. Para nós, a discussão sobre políticas públicas para diminuir a poluição no globo é muito mais importante”, salientou Aluizio de Souza Moreira, engenheiro da Codesp responsável pelo projeto. **d**

Saiba Mais



Texto para discussão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Perspectivas do Crescimento do Transporte por Cabotagem no Brasil
www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td_1129.pdf

Bit acelerado

por **Katja Polisseni**, de Brasília

As vendas no varejo através da Internet batem recordes sucessivos no Brasil e devem movimentar 9,8 bilhões de reais em 2005, apoiadas numa base de 25 milhões de internautas, dos quais 4,3 milhões fazem compras on-line

As empresas brasileiras que apostaram na Internet como canal de vendas não estão preocupadas com a crise política e esperam o melhor Natal de todos os tempos. O Submarino, empresa de capital aberto que opera exclusivamente no varejo eletrônico, calcula que as vendas no período natalino crescerão cerca de 50% em relação ao ano passado. O desempenho do setor ao

longo de 2005, quando as vendas deverão atingir 9,8 bilhões de reais, justifica tal otimismo. A previsão é da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico (Camara-e.net), baseada no Índice de Varejo Online (VOL), calculado anualmente em parceria com a E-Consulting, consultoria especializada no setor de comércio eletrônico. Se confirmado o resultado, o movimento do varejo eletrônico deste ano será 31% superior ao de 2004, um índice que raros setores do comércio tradicional conseguirão ostentar.

No ano passado, o comércio de varejo pela Internet movimentou 7,6 bilhões de reais, liderado pelos setores automobilístico (4,3 bilhões de reais, ou 62,45% do total), de bens de consumo (2,1 bilhões de reais, ou 23,12%) e de turismo (1,2 bilhão de reais, ou 14,43%) (veja gráfico na pág. 36). O setor que mais cresce é o de varejo de bens de consumo, que deverá movimentar 3,5 bilhões de reais neste ano, um aumento de 67% sobre 2004, de acordo com os cálculos de Cid Torquato, diretor executivo da Camara-e.net, entidade fundada em 2001, que possui 160 sócios, entre as principais empresas voltadas para o comércio eletrônico. Segundo Torquato, as vendas eletrônicas representam 3,6% do total do faturamento do comércio varejista no Brasil. Mas o alcance da Internet é ainda maior, pois muitas pessoas usam esse instrumento para pesquisar preços e produtos antes de fazer a compra por um canal tradicional, como as lojas físicas ou um sistema de televendas. Nas contas da Camara-e.net, o universo de pessoas que fazem compras orientadas pela Internet deve atingir 15 milhões de internautas, com um movimento de 18 bilhões de reais, ou 10% do varejo total. "A importância da Internet no processo de tomada de decisão de compra do consumidor tem crescido constantemente. Cada vez mais, antes de sair de casa, o consumidor está acessando a Internet para saber o que fazer, para onde ir, o que comprar, onde comprar, quanto pagar", destaca Torquato.

De acordo com levantamentos da In-

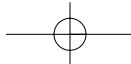
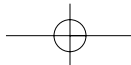
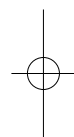
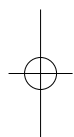


Ilustração Orlando



A taxa de crescimento anual do comércio eletrônico no Brasil é de 39%, deixando para trás



Ilustração Orlando

sider Information, outra pesquisa desenvolvida pela Camara-e.net em parceria com a E-Consulting, 21,2% dos internautas utilizam a Internet como ferramenta de compra. Em 2004, eram 4,3 milhões de compradores on-line de um total de 20,3 milhões de internautas. Há, portanto, um universo de 15 milhões de consumidores a ser conquistado por empresas que investem no comércio eletrônico. A taxa de crescimento médio do comércio eletrônico no Brasil é de 39% por ano, segundo a consultoria Forrester Research, dos Estados Unidos, e supera a do mercado norte-ameri-

cano, da ordem de 14% anuais. Torquato acredita que o Brasil e o mundo estão assistindo a um rápido crescimento da digitalização de processos em todos os níveis, “desde a vida pessoal até os principais setores da economia e da sociedade”. As ações de comércio eletrônico na esfera governamental (e-Gov) e entre empresas (B2B, de *business to business*, em inglês) também crescem num ritmo acelerado.

E-business Para medir a evolução dos negócios on-line entre empresas, a Camara-e.net e a E-Consulting criaram o índice

B2BOL, que representa a soma dos volumes de transações por meio eletrônico entre empresas. Em 2004, as transações B2B totalizaram 109,5 milhões de reais e deverão atingir 257 milhões de reais em 2005, com uma expansão de 32%. As empresas procuraram modernizar a comunicação com clientes e fornecedores, o que explica o avanço do comércio eletrônico B2B, segundo Richard Lowenthal, presidente da Associação Brasileira de E-business, que reúne 120 empresas de diferentes setores da economia. A entidade produziu o relatório “Perfil do e-business no Brasil”,

a expansão de 14% anual registrada nos Estados Unidos, segundo a Forrester Research

apresentando uma radiografia das atividades em 2004. O documento revelou que o setor automotivo é o líder no B2B, pois 21% das vendas entre empresas foram feitas eletronicamente, envolvendo fornecedores de peças, distribuidoras e montadoras. Em média, 20% das empresas que são clientes das indústrias de autopeças já fazem compras por meio eletrônico. No total, o setor automotivo movimentou metade do comércio eletrônico entre empresas brasileiras, segundo a pesquisa, feita com 46 empresas. A modernização, porém, ainda não atingiu o mercado de reposição de autopeças no varejo (distribuidores), afirma Lowenthal. “A utilização de ferramentas eletrônicas no relacionamento entre as empresas é incipiente e a maior parte ainda opta pela forma convencional de fazer negócio. A grande barreira para que o B2B cresça é a cultura interna das empresas, de resistência às novas tecnologias, às ferramentas de automatização. É importante que o empresário saiba que o negócio eletrônico não vai substituir o relacionamento. É uma questão operacional que libera o tempo do vendedor/comprador para desenvolver estratégias”, avalia. Segundo ele, as empresas mais tradicionais começaram a investir em comércio eletrônico pouco depois das chamadas empresas ponto-com. “Havia um receio natural, mas alguns projetos no segmento de comércio eletrônico desenvolvidos por empresas tradicionais, já consolidadas, geraram êxito e estimularam os demais empresários”, sustenta Lowenthal.

Cenários O crescimento na base de internautas e a descoberta das vantagens das compras on-line são o combustível para o expressivo crescimento do comércio eletrônico no Brasil, afirma Dailton Felipini, professor de comércio eletrônico da Universidade Ibirapuera de São Paulo e mestre em administração pela Fundação Getúlio Vargas. Em estudo realizado no final de 2001 para o Centro Incubador de Empresas Tecnológicas da Universidade de São Paulo (Cietec/USP), Felipini e outros

pesquisadores projetaram três cenários de crescimento para a Internet no Brasil. O pior deles prevê um crescimento anual médio de 12% na base de internautas brasileiros, passando de 12 milhões de pessoas em 2001 para 37,2 milhões em 2011.

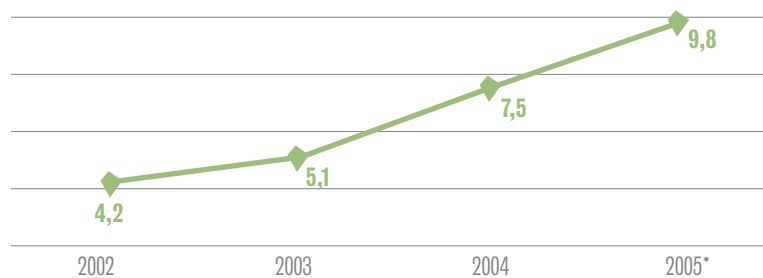
O estudo considerou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo os quais a população brasileira, em 2001, era de 172,3 milhões de habitantes, e estima-se que serão 199,9 milhões em 2011. O cenário intermediário, mais plausível, na avaliação do pesquisador, prevê um crescimento anual de 16% no número de cidadãos com acesso à Internet, atingindo, em 2011, um universo de 52,9 milhões de internautas no Brasil, ou 26,5% da população. O cenário

otimista projeta um crescimento anual da ordem de 20%, chegando a um grupo de 74,3 milhões de brasileiros ligados à Internet até 2011, ou 37,2% da população total projetada.

Para apoiar as conclusões do estudo, Felipini destaca que o instituto de pesquisa norte-americano Yankee Group calcula para o Brasil um universo de 42,3 milhões de internautas já em 2006, segundo o estudo “A segunda onda: o cenário dos usuários da Internet no Brasil”. Para Felipini, “a Internet passou a fazer parte de nossa vida. Uma vez incorporada aos hábitos de compras do brasileiro, terá ainda maior penetração”. Em sua avaliação, o comércio eletrônico continuará elitizado nos próximos 15 anos, com maior pene-

Índice do varejo on-line

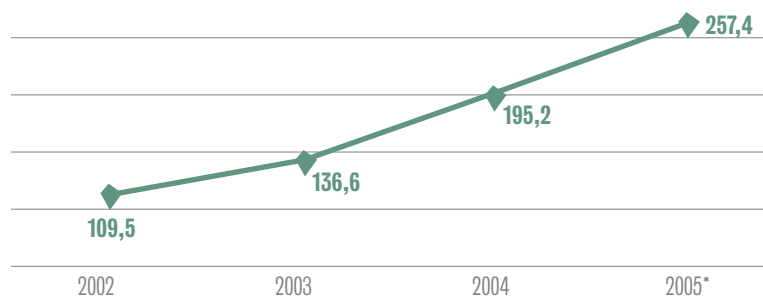
Calculado pela E-Consulting e pela Camara-e.net



(*) projeção
Fontes: E-Consulting e Camara-e.net

Volume de transações on-line entre empresas

(R\$ bilhões)



(*) projeção
Fontes: E-Consulting e Camara-e.net

O perfil do consumidor do varejo on-line revela que tem de 25 a 49 anos, com

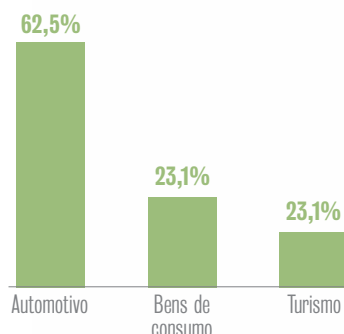
tração nas classes A e B de consumidores. Ele acredita, no entanto, que a chamada inclusão digital, estimulada por políticas governamentais e pelo meio empresarial, incorporará gradativamente a esse mercado as classes C e D de consumidores. “É por isso que empresas tradicionais, como as Lojas Americanas e diversas livrarias, passaram a investir na Internet como canal de vendas, o que demanda uma grande adaptação ao novo ambiente, sobretudo no controle da logística de distribuição”, avalia Felipini.

A E-bit, empresa de pesquisa de marketing, coletou, desde o ano 2000, mais de 2 milhões de avaliações de internautas que fazem compras pela Internet. Seus dados têm sido utilizados por entidades como a Camara-e.net e a Associação Brasileira de E-business e por pesquisadores das universidades brasileiras. A empresa acompanhou, por quatro anos, até o final de 2004, a evolução do comércio eletrônico e traçou um perfil do consumidor do varejo on-line. Segundo o estudo, 67% dos e-consumidores têm entre 25 e 49 anos de idade e possuem renda média familiar mensal de 3,9 mil reais, sendo que 37% estão na faixa de renda entre 3 mil e 8 mil reais e 31% na faixa de 1.000 a 3 mil reais. O estudo aponta ainda que apenas 5% dos e-consumidores têm renda familiar mensal inferior a 1.000 reais. A E-bit detectou também que os consumidores do sexo masculino são o principal público das lojas virtuais. Eles representam 71% das pessoas que costumam comprar pela rede.

Pesquisa Para a advogada Cristina Timponi Cambiaghi, de 31 anos, a praticidade e a economia de tempo, a flexibilidade no horário de atendimento e a possibilidade de fazer pesquisa de preços são os principais estímulos para que ela opte pelo comércio eletrônico na hora de comprar livros, CDs, presentes, passagens aéreas e até eletrodomésticos. Mãe de uma menina de 6 meses de idade, a Internet foi incorporada a seu dia-a-dia durante a gravidez

Participação do e-commerce no faturamento do setor

Primeiro semestre de 2005

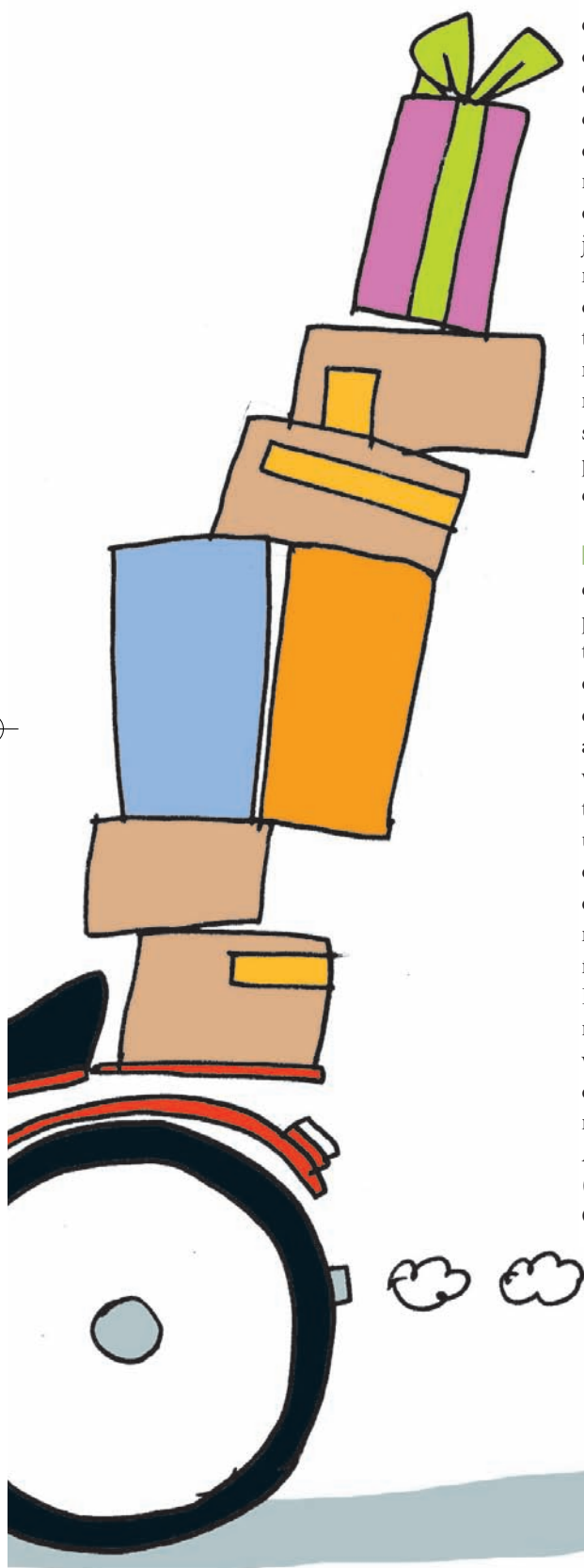


Fontes: E-Consulting e Camara-e.net



Ilustração Orlando

renda familiar mensal média de 3,9 mil reais, sendo 71% do sexo masculino



e nos quatro meses de licença-maternidade. “Mesmo sem babá para me ajudar, comprei um freezer pela Internet, toalhas, cosméticos e até fraldas e algodão. A grande vantagem é que os sites são ágeis e, geralmente, a entrega é feita em dois dias”, diz. Para ela, outro ponto positivo das lojas virtuais é a possibilidade de conhecer melhor o modelo, as especificações técnicas e as opções do mesmo tipo de produto, por exemplo, na compra de eletrodomésticos, o que nem sempre é possível numa loja convencional. No caso de passagens aéreas, a comparação de preços e as promoções relâmpagos colocam a Internet como principal ferramenta de compra.

Licitações Os negócios pela Internet crescem também no segmento de compras públicas. O setor governamental brasileiro tem investido na Web como ferramenta dos negócios com fornecedores e prestadores de serviço. O e-Licitações, índice que apura a soma do valor negociado por governos por meio de licitações executadas totalmente através da Internet, registrou um movimento da ordem de 844 milhões de reais no primeiro semestre de 2005, valor 76% superior aos 480 milhões de reais negociados no mesmo período de 2004. O índice é calculado pela empresa Florencia Ferrer Pesquisa & Consultoria, em parceria com o Núcleo de Estudos e Desenvolvimento em Governo Eletrônico (NED), da Fundação de Desenvolvimento Administrativo (Fundap) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), e divulgado com o apoio da Camara-e.net. O indicador se baseia nos

resultados dos pregões eletrônicos realizados nos portais ComprasNet (Governo Federal), Licitanet (Governo de Minas Gerais), Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo, Licitações-e (Banco do Brasil), ComprasRS (Rio Grande do Sul), e nas cidades de São Bernardo do Campo (SP), Jundiaí (SP), Itajaí (SC) e Florianópolis (SC). Essa amostra representa, respectivamente, 100% do universo de compras eletrônicas no nível federal, 50% estadual e 60% municipal. Os resultados obtidos pelo governo do estado de Pernambuco e pelas prefeituras de São Bernardo do Campo e Jundiaí são os mais expressivos do estudo. Segundo levantamento da Camara-e.net, eles têm em comum uma plataforma chamada WBC Public, da empresa Paradigma Absolute E-business, que permite o acompanhamento externo, a ampliação da base de fornecedores e melhores condições para que pequenas empresas tenham acesso aos processos de compras públicas.

O mercado governamental de compras eletrônicas recebeu um impulso adicional em julho, quando o governo federal tornou a modalidade do pregão eletrônico (licitação por Internet) obrigatória nas compras de bens e serviços comuns, por meio do Decreto n.º 5.450. A modalidade só pode ser utilizada para compras de bens e serviços comuns, ou seja, aqueles que podem ser oferecidos por diversos fornecedores e comparados entre si. Estão excluídas do pregão as contratações de produtos ou serviços complexos, como obras de engenharia, pois o menor preço nem sempre é a melhor opção para a contratação. Em agosto o governo federal publicou outro decreto que estendeu a obrigatoriedade do uso de pregão eletrônico para estados, municípios e entidades privadas que compram bens e serviços de uso comum quando a transação for feita com recursos públicos da União, repassados por meio de transferências voluntárias, via convênio, inclusive para consórcios públicos. Foi mais um empurrão para aumentar a velocidade de expansão do comércio eletrônico no Brasil. **d**

AGRONEGÓCIO

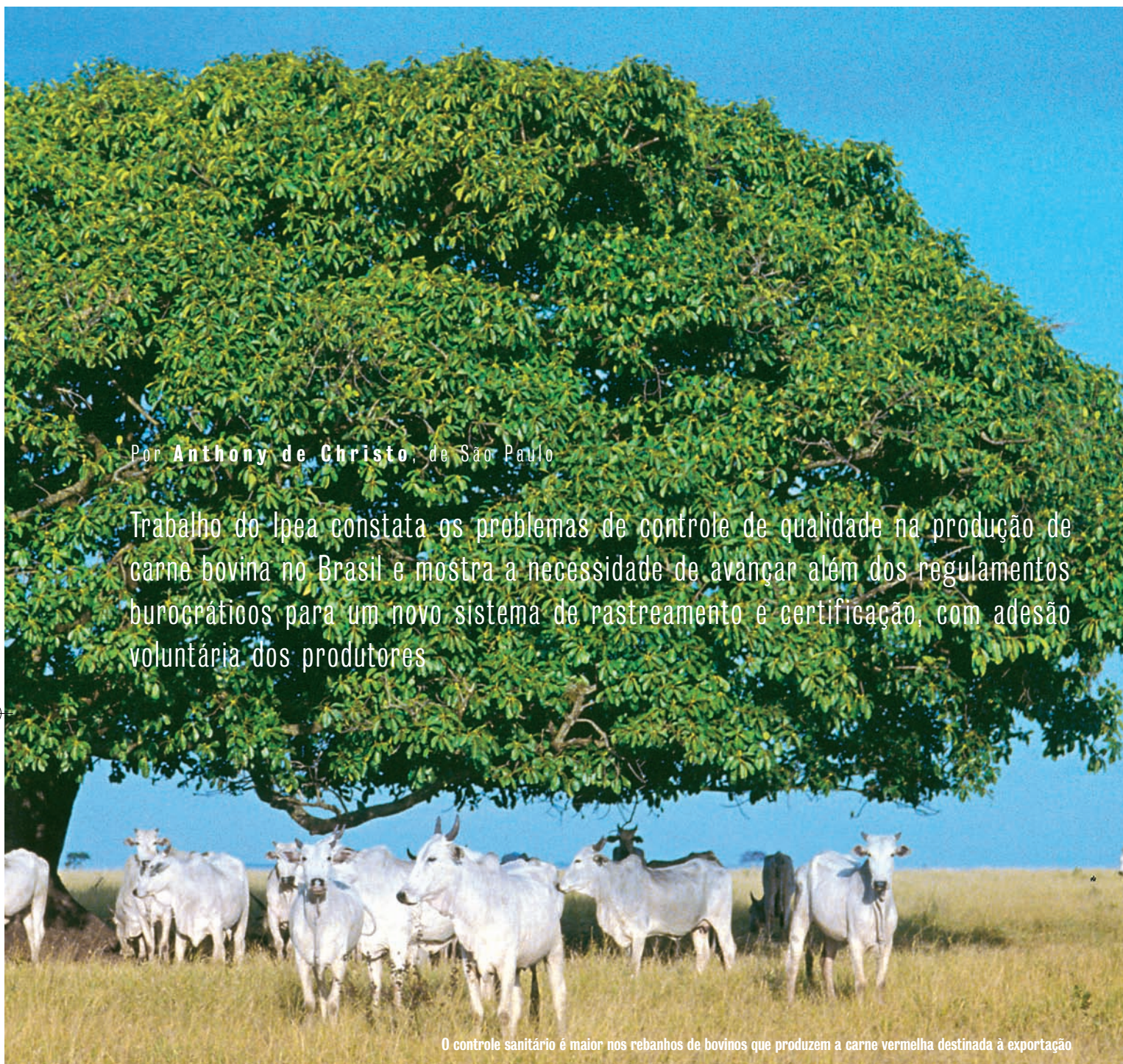
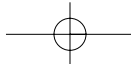
Boi na linha

Aconteceu e muitos já esperavam, mudos, que o fogo da febre aftosa consumisse o rastilho de pólvora espalhado em área supostamente protegida, até explodir na fazenda dos Ve-zozzo, no estado do Mato Grosso do Sul, maior produtor brasileiro de bovinos. Não foi praga rogada nem só mistura malfeita de parques dinheiros públicos com malícia empresarial. A sopa tem pitadas de cobiça e até de certo despreparo no caldo de exporta-

ções de carne vermelha, que, mesmo com a crise, deverá espetar, em 2005, uma papeleta de 3 bilhões de dólares na planilha das contas nacionais. Todo mundo tem alguma solução para o problema. As sugestões vão desde aumentar o contingente de 4,5 mil fiscais federais agropecuários que atestam a qualidade dos alimentos até a criação de novas obrigações para os pecuaristas.

Em meio ao rol de acusações provocadas pelo surgimento da doença, um estudo ela-

borado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que é preciso avançar muito além dos regulamentos e da máquina burocrática. O texto "Certificação e rastreabilidade no agronegócio: instrumentos cada vez mais necessários", assinado por Júnia Cristina da Conceição, pesquisadora do Ipea, e por Alexandre Lahóz Mendonça de Barros, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo, resultou de pesquisa de campo, realizada no



Por **Anthony de Cristo**, de São Paulo

Trabalho do Ipea constata os problemas de controle de qualidade na produção de carne bovina no Brasil e mostra a necessidade de avançar além dos regulamentos burocráticos para um novo sistema de rastreamento e certificação, com adesão voluntária dos produtores

O controle sanitário é maior nos rebanhos de bovinos que produzem a carne vermelha destinada à exportação

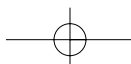
segundo semestre de 2004, com o objetivo de descobrir qual o padrão tecnológico da pecuária brasileira em suas principais regiões produtoras. Visitas a São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Paraná cobriram 12 mil quilômetros, abrangendo fazendas, frigoríficos exportadores, centrais de inseminação e encontros com pecuaristas.

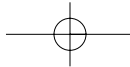
O trabalho *in loco* e a reflexão dos pesquisadores produziu uma análise quase

profética, que antecipava a possibilidade de eclosão de novos surtos de aftosa, como o que ocorreu pouco antes de o texto ser publicado. Mendonça de Barros traz para o primeiro plano o contexto do estudo: “Historicamente, nós sempre exportamos açúcar, café, e em 1970 passamos a exportar laranja. Mas praticamente não estávamos no mercado internacional de zootecnia, animal. Foi uma confluência de fatos”. E prossegue: “A crise da vaca louca, associada

à desvalorização cambial de 1999, abriu uma brecha no mercado internacional de carne vermelha que o Brasil ocupou com uma competência extraordinária”.

O professor lembra que, em 1998, exportávamos cerca de 500 mil toneladas de carne vermelha e saltamos para 2,8 milhões de toneladas em 2004 (veja gráfico na pág. 41), quantidade próxima à produzida pela Austrália. “O processo se deu numa velocidade extraordinária”, observa Mendonça





Não existe fiscalização capaz de controlar a qualidade de um rebanho bovino de

de Barros. “E aí é que está a questão fundamental, eu acho que o Brasil não estava preparado, do ponto de vista sanitário e de seus sistemas, para dar conta da repentina entrada no mercado internacional.”

A aftosa é uma moléstia problemática. Não afeta o ser humano, mas atingiu em cheio o mercado. As ações negociadas em bolsa de valores de uma série de empresas, até mesmo as da Sadia, que atua nas cadeias de suínos e de aves, sofreram o impacto da crise sanitária do boi. E o mundo descobriu a fragilidade de nossa estrutura de defesa sanitária, de organização e normatização – em que o Brasil tinha tradição de qualidade, enfraquecida ao longo do tempo pela aplicação de menores recursos e pelas maiores exigências comerciais.

Há três anos, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento começou a implantar o Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina (Sisbov), primeiro obrigatório, depois voluntário, saudado como o suporte de qualidade às grandes oportunidades de exportação. O sistema é simbolizado pelo brinco de identificação cravado em cada boi, do nascimento ao abate, e por um cadastro de rastreamento da vida sanitária dos animais. Porém, apesar de reconhecidos sucessos, o Sisbov defronta-se com as dimensões e os vícios do país real. Mira um rebanho de 150 milhões de cabeças espalhadas em 8,5 mi-



Produtores só colocam o brinco na hora do abate

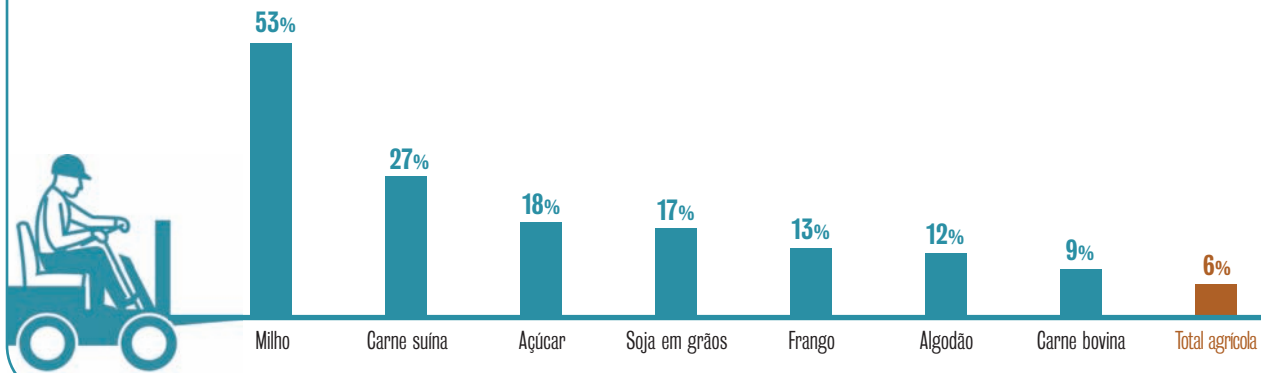
lhões de quilômetros quadrados, muitas delas com livre trânsito em fazendas que incluem as fronteiras secas com países onde as práticas sanitárias estão longe de qualquer inspeção. Existem, além disso, os problemas do sistema de controle sanitário, como a carência de instituições certificadoras, até mesmo em regiões declaradas com risco de aftosa, um único laboratório de referência para atestar a doença – o Lanagro, de Belém, no estado do Pará –, um imperfeito mercado interno de comercialização e a clandestinidade que está na boca do povo e

pode representar, segundo os otimistas, 40% do abate de gado no Brasil.

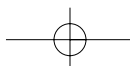
Mesmo assim, o estudo publicado pelo Ipea atesta que o expressivo aumento das exportações brasileiras de carne bovina fez crescer, na mesma proporção, o número de animais rastreados. A demanda da indústria frigorífica promoveu a diferenciação de preço do boi rastreado, e o prêmio pago ao produtor serve para compensar os custos adicionais do controle do rebanho. Porém, nem sempre esses custos são efetivamente compensados. Sobretudo porque a escala de exportação é instável e o prêmio varia com a demanda, enquanto as despesas de rastreamento não podem ser interrompidas, por motivos evidentes.

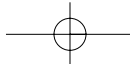
Na matemática de custo mais alto com risco de prêmio, abre-se espaço para uma parcela que mascara o processo. A pesquisa de campo, citada no trabalho de Conceição e Mendonça de Barros, comprovou claramente que, em algumas regiões, vigora a prática corriqueira de colocar os brincos nos animais apenas no momento do abate. O problema é grave, por isso Conceição alerta que “não é apenas um selo colado ao produto que vai garantir sua qualidade”. E exemplifica: “É preciso ter laboratórios confiáveis e reconhecimento internacional da certificação. Temos um caminho longo a trilhar”. É possível consolidar no país uma cultura de certificação e rastreamento de ali-

Crescimento anual médio das exportações brasileiras entre 1999 e 2003 (em valor)



Fonte: Economic Research Service/United States Department of Agriculture



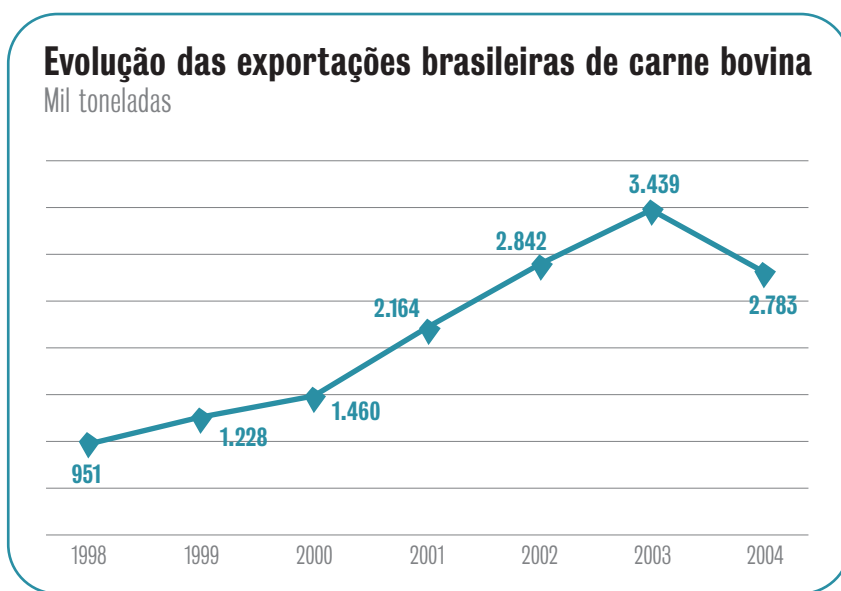


150 milhões de cabeças espalhadas por 8,5 milhões de quilômetros quadrados

mentos, derivados e produtos equivalente à dos mercados externos que o Brasil atende. “Mas os processos de certificação envolvem custos”, diz Conceição, “e esses custos só serão assumidos pelos produtores se houver real expectativa de ganhos com tais práticas.”

O desafio de fazer com que produtores cumpram os processos de certificação leva à pergunta central do trabalho do Ipea: as políticas de certificação e rastreabilidade devem ser mandatórias ou de adesão voluntária? A experiência internacional, segundo os autores, sugere que há espaço para as duas estratégias, mas adverte que cada um precisa cumprir a sua parte para que os concorrentes não avancem sobre as saborosas fatias de consumidores do mercado global. Especialmente porque a inteligência agroindustrial brasileira já constatou que, embora durante muitos anos tenha sido possível ao Brasil suportar serviços competentes e bem aparelhados de garantia, proteção e defesa fitossanitária, amarrados em regulamentos cartoriais e tributários, muitos vieses globais de segurança e qualidade de alimentos já não podem ser assegurados apenas pelo Estado. Especialmente após o Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT, das iniciais em inglês) e a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), no final de 1993.

Isso quase todos sabem. E, para quem



não sabia, o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, já considerava, em maio passado, que “colocar um fiscal em um frigorífico recebendo um salário risível também pode permitir que ele seja controlado pela empresa”. Rodrigues acha que não podemos ter um Estado monumental, e exemplifica: “Se nós tivermos 15 mil frigoríficos no país, temos de ter 15 mil fiscais? Precisamos de um modelo flexível, moderno e eficaz. O que importa é garantir a qualidade para os consumidores do Brasil e do exterior”. Os fatos e o embaraço da crise da

aftosa – que não é a primeira e não deverá ser a última – expõem a céu aberto o desafio do país de sustentar o firme crescimento das exportações e o mercado interno ampliado após o Real, de certificar, rastrear e atestar a qualidade de suas cadeias produtivas.

Existem, porém, iniciativas no agronegócio brasileiro em sintonia com as propostas do trabalho do Ipea que não resultam de uma decisão burocrática, mas da interação entre produtores, técnicos do governo e cientistas. É o caso do setor exportador de frutas. O Brasil é o terceiro maior produtor

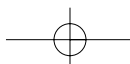
Qualidade em todas as fases

A nova norma internacional ISO 22000, para gestão de cadeias de alimentos, as normas e o processo de certificação EuroGap, além do Acordo sobre Barreiras Técnicas do Comércio (TBT), estão exigindo do país e das empresas um consistente projeto de desenvolvimento de práticas produtivas e comerciais que posicionem definitivamente o Brasil como um dos grandes nos mercados internacionais.

Os conceitos da EuroGap são antigos, da década de 70, e foram introduzidos na Europa,

na produção de frutas, com o objetivo de reduzir a utilização de agroquímicos, incrementando o manejo integrado de pragas. Seu escopo foi ampliado e inclui a hoje obrigatoriedade de práticas de manejo do solo, da água, dos vegetais, da nutrição e das doenças, transformado em sistema completo para obtenção de metas de sustentabilidade da produção e comercialização de frutas. Envolve todas as fases do processo, da produção à embalagem e comercialização, no conceito de produção integrada.

A concepção em vigor foi elaborada por supermercados europeus com objetivos comuns de garantir alimentos seguros, social e ambientalmente corretos e saudáveis aos consumidores. O protocolo EuroGap delinea conjuntos de boas práticas agrícolas que devem ser seguidas por produtores para receberem certificação de uma terceira parte; é considerado um código de conduta, já adotado para a certificação inclusive de frutas brasileiras vendidas no mercado europeu.



O Brasil é o terceiro maior produtor de frutas do mundo e exporta com controle de qualidade

Árbitros transparentes

Num planeta em que é possível produzir quase qualquer produto em praticamente qualquer lugar, as normas serão os árbitros transparentes do comércio, e a rastreabilidade, o passaporte idôneo das transações correntes. É assim que Eustáquio José Costa, gestor do Projeto do Sistema de Qualidade nas Cadeias Agroindustriais (Qualiagro), imagina o futuro do comércio internacional. O Qualiagro foi criado em junho deste ano por iniciativa da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag) e da Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (Fealq).

“O objetivo do Qualiagro é articular as providências requeridas pelo setor público e indicadas pelo setor privado para harmonizar a atuação como *players* internacionais frente à nossa adesão ao acordo da Organização Mundial do Comércio, com a missão de consolidar a posição do Brasil como liderança comercial em muitas áreas e para ampliação da vigilância sanitária”, explica Costa.

O Qualiagro visa esclarecer aspectos conceituais (qualidade, rastreabilidade, normatização, entre outros); construir, validar e divulgar um sistema de gestão que assegure aos mercados a coerência e a durabilidade dos processos e sua manutenção no tempo, de forma a acompanhar os avanços e a dinâmica de acesso aos mercados globalizados.

O foco do projeto é o acesso aos diversos mercados, e a participação efetiva no seu desenvolvimento deve abranger os ministérios da Agricultura, por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), da Ciência e Tecnologia, por meio do CTAgro e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep); do Meio Ambiente; da Saúde; e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.



Frutas exportadas pelo Brasil têm certificado EuroGap

mundial de frutas e seu posicionamento nos mercados internacionais cresceu e se consolida a partir do Sistema de Avaliação de Conformidade da Produção Integrada de Frutas (PIF), lançado pelo governo brasileiro, em 2002, e construído graças à determinação de empresários e produtores, sob a inspiração das normas e do processo de certificação EuroGap – um atestado de boa prática agrícola criado por um grupo de trabalho dos comerciantes varejistas europeus (veja quadro na pág. anterior).

Esforços de boas práticas e integração agroindustrial, inclusive com apoio de universidades e instituições como a Empresa Brasileira de Agropecuária (Embrapa), têm conferido invejável posição também às cadeias da avicultura, suinocultura e cana-de-açúcar. Agora, surgiu o Projeto do Sistema de Qualidade nas Cadeias Agroindustriais (Qualiagro), que pode contribuir para novas melhorias na qualidade da produção no agronegócio (veja o quadro ao lado).

O produtor, especialmente do setor agroindustrial, deve liderar o processo de certificação e rastreabilidade para garantir a qualidade do que produz, defende Eduardo Pereira de Carvalho, presidente da União da Agroindústria Canaveira de São Paulo (Única), que reúne os maiores produtores e exportadores de cana, açúcar e álcool do país. Carvalho enxerga o livre comércio, lá na frente, e a qualidade da produção substituindo as barreiras tarifárias, em mercado mais perfeito promovido pela socialização

das informações e pela rapidez das comunicações. Insiste que não se transformará da noite para o dia a ineficiência das estruturas burocráticas do Estado brasileiro. “Por mais recursos que houvesse – e eles não existem –, isso é um sonho”, diz Carvalho.

Assim, a missão dos países atentos a seus interesses comerciais passa a ser a de se equipar, do ponto de vista técnico e institucional, para cumprir exigências e cobrar reciprocidade de seus concorrentes. Os europeus, por exemplo, têm preferido a normatização aos regulamentos muito detalhados; tendem a manter os requisitos essenciais e deixar os detalhes para que sejam acertados no processo de normatização, onde todas as partes interessadas participam. Normas e regulamentos estão se despojando rapidamente de seus adereços técnicos restritivos para envergar uniformes mais adequados à lida comercial dos mercados. **d**

Saiba Mais:



Texto para discussão: “Certificação e rastreabilidade no agronegócio: instrumentos cada vez mais necessários”

www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td_1122.pdf

União da Agroindústria Canaveira de São Paulo
www.portalunica.com.br

Associação Brasileira de Agribusiness
www.abagbrasil.com.br

Água no semi-árido



Divulgação

O semi-árido brasileiro, cuja população é estimada em 20 milhões de habitantes, dos quais 46% vivem em áreas rurais e subsistem sob grande vulnerabilidade social e econômica, reúne um conjunto de características climáticas, geomorfológicas, econômicas e sociais peculiares, que resultam numa paisagem marcada pela dificuldade no acesso a recursos hídricos.

Em suas áreas rurais, a segurança alimentar e nutricional da população é condicionada diretamente pela disponibilidade de água para consumo humano, para a dessedentação de animais e para a produção agroalimentar. Segundo estudos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Semi-Árido (CPATSA/Embrapa), 60 dias após o encerramento do período das chuvas, 550 mil dos 2,6 milhões de estabelecimentos rurais da região passam a viver sem qualquer tipo de água para o consumo humano ou animal, nos seus próprios agroecossistemas familiares. Se considerarmos um período de 120 dias após o término das chuvas, podemos projetar que mais de 1 milhão de estabelecimentos fiquem sem qualquer fonte de água no período de seca.

Todavia, é possível diminuir os efeitos da seca com o armazenamento de água da chuva e a adoção de técnicas simples e de baixo custo. Várias iniciativas vêm obtendo sucesso no aplacamento das condições de insegurança alimentar dessa população, entre elas se destaca a cisterna de placas de cimento, reservatório domiciliar de água integrado a um sistema de calhas nos telhados e canos de PVC para captação da água da chuva.

Com o Projeto Cisternas, desenvolvido em parceria com a Articulação do Semi-Árido (ASA), fórum de organizações da sociedade civil que atuam em prol do desenvolvimento social, econômico, político e cultural do semi-árido brasileiro, e com os governos estaduais da região (Bahia, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte), o governo federal já investiu, desde 2003, mais de 118 milhões de reais na construção de mais de 84 mil cisternas de placas com capacidade de armazenamento de água de 16 mil litros cada uma, suficientes para o abastecimento de uma família de

cinco pessoas durante os meses de estiagem.

A parceria entre o estado e a sociedade civil organizada e atuante tem sido fundamental para o sucesso do projeto, na medida em que os recursos públicos chegam a entidades não-governamentais representativas das comunidades necessitadas, capazes de envolver um número significativo de atores sociais visando à sua intervenção nas políticas públicas e reforçando seu processo de organização. Ao garantir que as famílias e organizações assumam, integralmente, os processos políticos em seus diferentes níveis assegura-se um rigoroso sistema de controle social.

Entretanto, mesmo que sejam garantidos os recursos necessários, a meta de 1 milhão de cisternas construídas em cinco anos não é fácil de ser atingida. Trata-se de um programa abrangente e ambicioso, não só pelo número de famílias a serem atendidas, mas também pela complexidade logística de capacitar e mobilizar um contingente imenso de pessoas e transportar um volume significativo de materiais numa área do semi-árido cuja abrangência é de 900 mil quilômetros quadrados e cuja região e estradas apresentam condições extremamente adversas.

Os relatos disponíveis e as evidências de campo coletadas em visitas técnicas, ainda que sem relevância estatística, apontam que os maiores impactos da cisterna são relacionados à saúde, principalmente de crianças, e à possibilidade de alteração na rotina diária, proporcionada pela realocação do tempo gasto para buscar água ou perdido em razão de doenças causadas pelo uso de água imprópria. O aumento do tempo investido na produção para consumo familiar e geração de renda contribui para reduzir a pobreza e dinamizar as economias locais, enquanto o cuidado com a casa, com os filhos e outros afazeres, principalmente no caso das mulheres e das crianças, demonstra a substancial melhora da qualidade de vida.

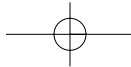
Luís Anselmo Pereira de Souza é diretor do Departamento da Gestão Integrada da Política, ligado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

“O governo federal já investiu, desde 2003, mais de 118 milhões de reais na construção de mais de 84 mil cisternas com capacidade de armazenamento de água de 16 mil litros cada uma”

SOCIEDADE



Antonio Menezes / A Crítica/Pagãos



Realidade em preto e branco

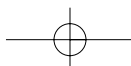
Por **Lia Vasconcelos**, de Brasília

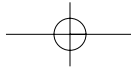
No país da democracia racial, os negros continuam estudando menos, enfrentando maiores dificuldades para conseguir emprego e recebendo salários menores. A diferença é que a sociedade está mais disposta a levar a sério o problema e buscar uma solução

Neuzinha Manhães, Silvana Aparecida da Conceição Souza e Maria da Cruz Alves dos Santos não se conhecem, mas têm algo em comum: são negras e estão enfrentando a mesma fila na porta de uma agência de empregos em busca de trabalho. Elas não estão sozinhas. Fazem parte de um quadro trágico e preocupante que reflete as imensas dificuldades enfrentadas pelos negros na sociedade brasileira. O Brasil está longe de ser o país da “democracia racial” e os afrodescendentes ainda são alvo de contínuos processos de preconceito e estereótipo raciais. No mundo do trabalho, por exemplo, a situação do negro é sempre pior do que a do branco. Eles são maioria no grupo dos desempregados, dos trabalhadores informais e, além disso, ganham menos.

Num país que tem o passivo da escravidão, abolida há cerca de 150 anos, a diferença de rendimento coloca os afrodescendentes na rabeira do espectro social: em 2003, 8,4% dos negros encontravam-se em condições de extrema pobreza, ante 3,2% dos brancos. Embora mulheres e homens negros representem 44,7% da população brasileira, sua participação chega a 68% entre os 10% mais pobres (veja gráficos na pág. 49), segundo dados do Censo 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). À medida que se avança em direção aos mais altos estratos de renda, sua presença diminui até atingir apenas 13% entre os 1% mais ricos, situação que permaneceu inalterada ao longo dos anos 90.

Apesar de as iniciativas de promoção da igualdade racial terem conquistado cada





Embora os negros representem 44,7% da população brasileira, sua participação

vez mais destaque e espaço, as ações voltadas para a inserção dos negros no mercado de trabalho ainda são tímidas para enfrentar o tamanho do preconceito existente na sociedade brasileira. “Eu já senti muita discriminação. Ser negro no Brasil é ser lixo. Os negros não têm estudo e têm mais dificuldade para arranjar emprego”, conta a copeira Neuza Manhães, que está desempregada desde o começo deste ano e sustenta sozinha sete pessoas na cidade-satélite de Samambaia, no Distrito Federal. Sua opinião, infelizmente, é confirmada pelos números. A taxa de desemprego, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2003, elaborada pelo IBGE, mostra as variações em função da cor da pele: no grupo com mais de 16 anos de idade, a taxa de desemprego é de 8,7% para os brancos e de 10,7% para os negros (veja gráfico na pág. 50). O grau de informalidade também é maior entre os negros. Enquanto 42% dos brancos têm carteira assinada ou são funcionários públicos, entre os negros esse percentual é de 31,4% (veja gráfico na pág. 50). Isso significa que menos de um terço dos trabalhadores negros tem acesso a direitos trabalhistas, como décimo terceiro salário, adicional de férias, seguro desemprego e benefícios previdenciários. A situação é ainda pior para a mulher negra, já que somente uma em cada quatro possui algum

vínculo formal de trabalho. “Na hora da contratação, o que conta é a aparência, e não a qualidade”, diz Maria da Cruz Alves dos Santos, trabalhadora doméstica desempregada há dois meses.

As dificuldades para se colocar no mercado de trabalho são formadas muito antes do momento da procura do emprego, especialmente pelas diferenças de acesso à educação. Em 2001, 10,2% dos brancos e apenas 2,5% dos negros tinham concluído o ensino superior, com uma vantagem de quatro vezes para os brancos. A situação já foi pior, porque em 1960 o número de brancos com diploma universitário era 14 vezes superior ao dos negros. No entanto, a distância voltou a aumentar entre 1991 e 2000, quando o número de matriculados nas universidades passou de 1,4 milhão para quase 3 milhões, mas não houve maior inclusão de negros, uma vez que sua participação no sistema caiu ligeiramente, de 19,7% para 19,3%, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano deste ano elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), que elegeu como tema a igualdade racial. “A questão da igualdade racial é um problema monstruoso. Ao final do segundo grau, os negros já perderam a corrida há muito tempo. As políticas públicas que existem hoje são pífiás”, diz Sergei Suarez Dillon



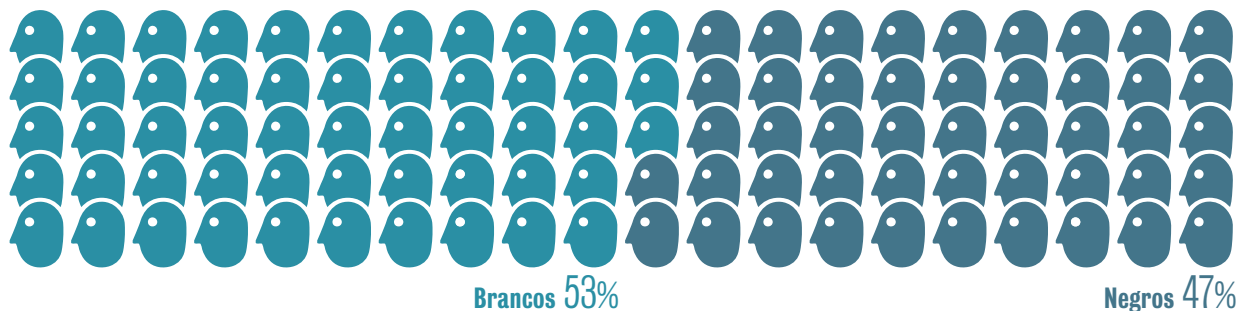
Silvana Aparecida da Conceição Souza, Maria da Cruz

Soares, pesquisador do Ipea que desenvolveu, em 2000, um estudo comparando as diferentes condições de negros e brancos no mercado de trabalho.

Alternativas Já que a expansão do número de vagas nas universidades não abriu mais espaço para os afrodescendentes, surgiram algumas iniciativas para tentar reverter esse quadro. Uma delas atinge não só negros mas também índios e estudantes oriundos de escolas públicas do ensino médio. É o Programa Universidade para Todos (ProUni), proposto pelo Ministério da Educação (MEC), que prevê a concessão de bolsas

Equilíbrio na quantidade

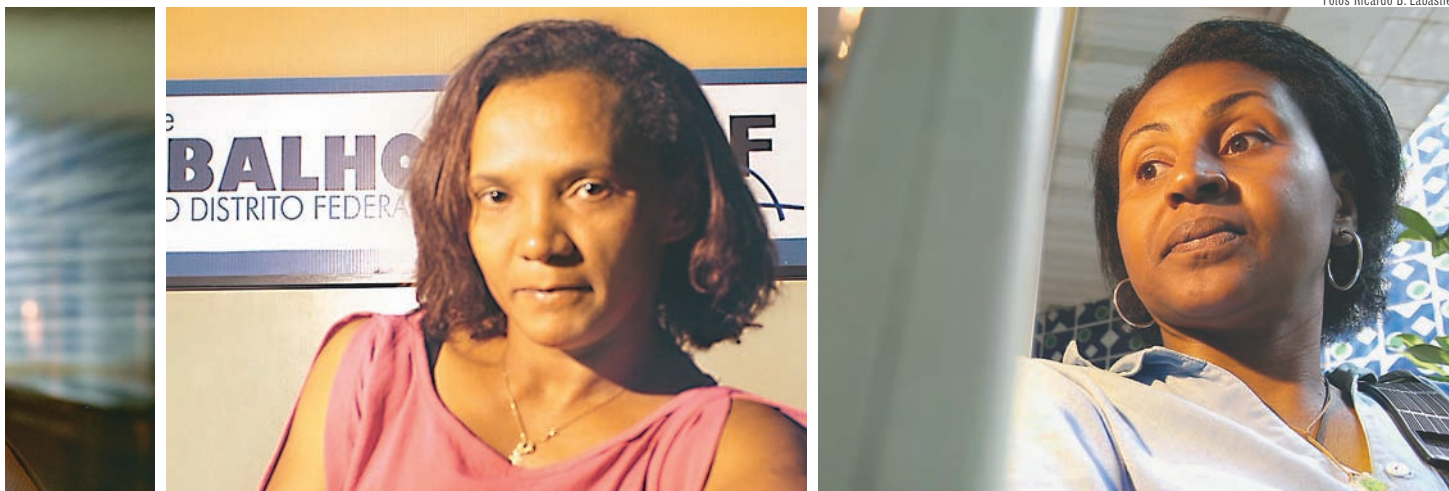
Participação dos negros na população brasileira (2003)



Fonte: Pnad/IBGE de 2003. Elaboração: Disoc/Ipea e Unifem com base nos dados das Pnads/IBGE



chega a 68% entre os 10% mais pobres, segundo dados do Censo 2000, do IBGE



Fotos Ricardo B. Labastier

Alves dos Santos e Neuza Manhães (da esquerda para direita): realidade comum na fila de uma agência de empregos em busca de trabalho

de estudo integrais e parciais a estudantes de graduação em instituições privadas de educação superior. Em contrapartida, os estabelecimentos que aderirem ao programa ganharão isenção em alguns impostos federais. Neste ano, 112 mil bolsas foram oferecidas em 1.142 instituições particulares e o programa pretende oferecer, nos próximos quatro anos, 400 mil bolsas.

A segunda iniciativa é a tão debatida criação de vagas exclusivas para que os estudantes negros tenham acesso às universidades. No Anteprojeto de Lei da Educação Superior, em tramitação no Congresso Nacional, a escolha dos mecanismos de inclusão dos grupos sociais e étnico-raciais é de responsabilidade das instituições federais de ensino superior (Ifes), que ficarão livres para elaborar e implementar as políticas afirmativas que considerarem mais apropriadas. Também foi estabelecido um prazo de dez anos para que as Ifes alcancem a meta de ter pelo menos 50% de suas vagas preenchidas por alunos egressos de escolas públicas em todos os cursos de graduação. Paralelamente, corre no Congresso outro projeto de lei bem mais rigoroso, prevendo que as Ifes teriam um prazo de 240 dias, após sua promulgação, para se adequar às novas regras. Valerá o projeto que for aprovado em primeiro lugar, de acordo com Déborah Silva Santos, con-

sultora do departamento de políticas estratégicas da Secretaria de Educação Superior do MEC.

Enquanto a decisão final não sai, algumas universidades tomaram a dianteira e instituíram por conta própria um sistema de cotas. Até outubro deste ano, 19 universidades federais e estaduais já tinham instituído o sistema de reserva de vagas. Na Universidade Federal de Brasília (UNB), por exemplo, 384 pessoas entraram por meio das cotas no ano passado. “Sem dúvida, a política de cotas contribuiu para o ingresso na universidade e para a posterior entrada no mercado de trabalho, mas deveria ser universalizada de forma a permitir a inserção dos negros em todas as esferas da sociedade”, afirma o estudante do segundo ano de Pedagogia Edvaldo Alves da Silva, que entrou na UNB graças ao novo sistema.

Conhecimentos Mas nem todos concordam que o sistema de vagas exclusivas seja a melhor forma de facilitar o acesso dos negros ao ensino superior. A Universidade de Campinas (Unicamp) adotou outra estratégia, que conserva o critério de seleção do vestibular dando um “crédito” a mais aos candidatos das minorias raciais – negros e índios – e aos vindos de escolas públicas. Os do primeiro grupo recebem dez

pontos a mais na nota do exame de seleção, e os do segundo, 30 pontos. Dessa forma, eles obtêm uma vantagem extra na hora de competir com os demais estudantes, porém precisam provar que têm o conhecimento necessário para entrar na Unicamp. “O sistema de cotas proposto pelo ministério trata o problema da forma errada. A forma correta de tratar esse problema seria por meio de uma política mais positiva de incentivo para que as instituições aumentem a inclusão da forma como acharem melhor. Tem muita gente inteligente na universidade, é a universidade que tem de encontrar a melhor maneira de lidar com essa questão, a universidade tem de ter autonomia”, diz Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e reitor da Unicamp até abril de 2005. Para Nelson Fernando Inocêncio da Silva, professor da UNB e coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da mesma universidade, é necessário que seja feito um trabalho para que a sociedade brasileira compreenda a gravidade da situação. “O Brasil é signatário de vários documentos de combate à discriminação, mas não basta assinar documentos. É preciso que o país se comprometa com políticas públicas que alterem as condições de vida da população negra”, acredita Inocêncio da Silva.

Algumas universidades tomaram a frente e instituíram por conta própria um sistema



Paulo Liebert/AE

Pesquisas indicam que os negros, trabalhando em condições semelhantes às dos brancos, mas recebem salários mais baixos

Longe da igualdade

O Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil 2005 – Racismo, Pobreza e Violência, lançado em novembro pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), derruba o mito da democracia racial brasileira. O relatório, que contou com a participação de 30 pesquisadores, faz um levantamento abrangente e esclarecedor de indicadores brasileiros nas áreas de desenvolvimento humano, renda, educação, saúde, emprego, habitação e violência e conclui que em todas essas esferas os negros estão em posição desfavorável. Dividida em seis capítulos, a obra é acompanhada de um CD do *Atlas Racial Brasileiro*, banco eletrônico que reúne uma ampla série histórica de dados sociais desagregados por cor/raça, com cerca de 100 indicadores sobre o país, as cinco regiões, os estados e o Distrito

Federal. “O tema do relatório se insere na preocupação do Pnud em relação aos grupos vulneráveis. Esperamos que as políticas propostas comecem a ser discutidas pela sociedade”, afirma Guilherme Assis de Almeida, um dos principais colaboradores do relatório e coordenador da unidade de direitos humanos e cidadania do Pnud.

De maneira geral, o relatório mostra que as diferenças entre brancos e negros apontam em alguns casos uma defasagem de mais de uma geração. A porcentagem de homens negros com curso superior completo em 2000, por exemplo, era menor do que a de homens brancos em 1960. A renda per capita dos brancos de 1980 era o dobro da dos negros em 2000. Da mesma forma, a taxa de analfabetismo dos negros em 2000 era maior que a dos brancos

em 1980. Em 2000, os negros apresentavam esperança de vida semelhante à dos brancos em 1991. O estudo também revela que a taxa de homicídio entre os negros é o dobro da entre os brancos. No estado do Rio de Janeiro, os negros são 11,1% da população, mas representam 32,4% dos mortos pela polícia.

Para ter uma idéia, no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Brasil tem um padrão mediano – estava em 73.º lugar em 2002, com índice de 0,766. A média, entretanto, oculta uma realidade perversa de desigualdade entre negros e brancos. Se cada um desses dois grupos formasse um país à parte, a distância entre eles seria de 61 posições. A população branca teria IDH de 0,814 e ficaria na 44.ª posição no ranking mundial – semelhante à da Costa Rica e superior à da

de cotas. Na Universidade Federal de Brasília, 384 pessoas entraram por esse meio

Entretanto, o acesso a uma educação superior pode não ser suficiente para garantir a conquista de postos mais qualificados no mercado de trabalho. “O diploma universitário não protege os negros das práticas racistas”, alerta Edson Cardoso, coordenador editorial do jornal bimestral *Irohini*, editado especialmente para os afrodescendentes. De fato, a situação desfavorável dos negros no mundo do trabalho não pode ser justificada apenas pelas desigualdades existentes no campo educacional. Essa é a conclusão de uma pesquisa feita pelo Ipea com o objetivo de explicar as diferenças de rendimentos entre negros e brancos.

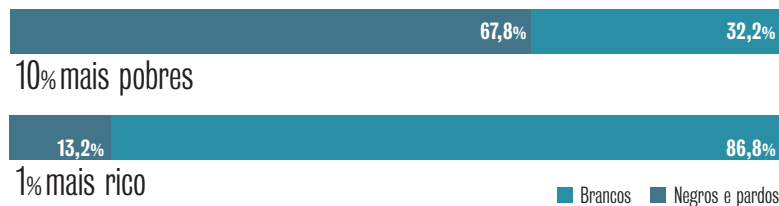
A idéia foi comparar pessoas com características semelhantes de sexo, idade, educação, endereço e setor de atuação, porém de raças diferentes. O estudo partiu da informação concreta de que, em 2003, o rendimento médio de um homem branco era 594 reais superior ao de um homem negro. Dessa diferença, 281 reais se deviam ao menor grau de escolaridade do

Croácia. Já a população negra (pretos e pardos) teria IDH médio de 0,703 e ficaria em 105.º lugar, equivalente à posição de El Salvador e pior do que o Paraguai.

Para enfrentar essa profunda desigualdade racial, o relatório defende a necessidade urgente de implantar no Brasil políticas universalistas e focalizadas, incluindo ações afirmativas. O Pnud avalia que as políticas de cotas têm por objetivo minimizar o peso das condições socioeconômicas no ingresso nas universidades ou no serviço público, mas ressalva que esse tipo de medida é apenas uma das formas de implementação de ações afirmativas. Apesar de reconhecer a importância do estado na luta contra o racismo, o relatório destaca que esse objetivo só será atingido se for adotado pela sociedade brasileira como um todo.

Desequilíbrio na distribuição das riquezas

Participação dos negros entre pobres e ricos (2003)



Fonte: Pnud/IBGE de 2003. Elaboração: Disoc/Ipea e Unifem com base em dados das Pnuds/IBGE

grupo negro, porém os 313 reais restantes não tinham nenhuma explicação objetiva, exceto o preconceito racial. Esse valor corresponde a pouco mais da metade, 53% da diferença de rendimentos entre negros e brancos. “Mesmo com um investimento maciço em educação, a diferença de renda entre negros e brancos não vai diminuir muito, porque metade dela é explicada pela discriminação sofrida pelos negros”, afirma Leonardo Rangel, pesquisador do Ipea e autor do estudo.

“Todo negro que disser que nunca foi discriminado está mentindo”, declara o senador Paulo Paim (PT-RS), autor do Estatuto da Igualdade Racial, recentemente aprovado no Senado e em tramitação na Câmara. O projeto propõe cotas para negros em empresas, em cursos de graduação de universidades públicas e privadas, no serviço público, nos partidos políticos e em filmes publicitários, programas e anúncios de TV. O estatuto prevê ainda o direito à terra, no qual está incluída a titulação de posse para os quilombolas e a criação de conselhos estaduais, municipais e um nacional de defesa da igualdade racial. “O preconceito não vai acabar no dia seguinte à aprovação do estatuto, mas é instrumento fundamental de combate ao racismo”, acredita Paim.

Enquanto o estatuto não é aprovado, o Ministério Público do Trabalho (MPT) tenta fazer a sua parte. Lançou em abril deste ano, em parceria com o Ipea, o programa Igualdade para Todos, que busca promover a admissão de um número

maior de negros no mercado de trabalho, aproximar as médias salariais de brancos e negros e criar critérios de ascensão profissional mais transparentes. Dados levantados pelo MPT e pelo Ipea mostram a baixa admissão de negros e mulheres nas empresas. Em Brasília, por exemplo, entre funcionários dos cinco maiores bancos privados, apenas 18,7% são negros, enquanto os afrodescendentes correspondem à metade da População Economicamente Ativa (PEA) da capital.

Ajustamento O programa é implementado em etapas. Na primeira, o MPT convoca as principais empresas de determinado setor de atividades – neste ano, os bancos – para que prestem informações sobre seus trabalhadores. A partir daí, é elaborado um perfil das desigualdades em cada instituição, tendo como parâmetro a participação de negros e de mulheres no total de empregados, a presença de negros e mulheres nos cargos de direção da empresa e as diferenças salariais entre brancos e negros, por sexo. A etapa final do processo consiste em estabelecer um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a empresa e o MPT, por meio do qual o empregador se compromete a cumprir, em determinado período, metas para cada um dos três critérios. Se não houver um acordo, as empresas serão acionadas judicialmente.

Até agora, o MPT já ajuizou, em Brasília, ações civis públicas contra os bancos Bradesco, Itaú, ABN Amro Real, HSBC e

O Ministério Público do Trabalho lançou um programa para promover a admissão de um

Unibanco. Se condenados, os bancos terão de pagar 30 milhões de reais por danos morais e por práticas discriminatórias. A reportagem de **Desafios** procurou a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), mas a entidade prefere não se pronunciar sobre o assunto. Neste ano, o foco foram os bancos, mas em 2006 empresas de outros setores da economia serão analisadas. “De forma geral, o empresário sabe que há discriminação, mas não faz nada. Muitas vezes os programas de diversidade das empresas são apenas uma formalidade”, afirma Otávio Brito Lopes, vice-procurador-

geral do MPT. É semelhante a avaliação de Maria Aparecida Silva Bento, diretora executiva do Centro de Estudos das Relações do Trabalho e da Desigualdade (Ceert), organização não-governamental que desenvolve programas de diversidade em empresas: “Fui gerente de recursos humanos em grandes empresas e posso garantir que os processos de seleção excluem os negros de determinados lugares, como cargos de comando e de vanguarda técnica”.

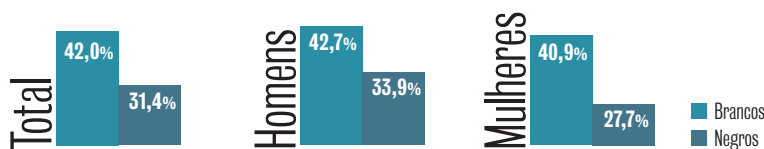
Outro passo importante foi a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). “É a

primeira vez na história deste país que um órgão com status de ministério foi instituído para cuidar dessa questão”, afirma a ministra Matilde Ribeiro, da Seppir. Uma das principais realizações do novo órgão do Executivo federal foi a organização da primeira Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir), com o objetivo de reunir representantes do governo e da sociedade para, em conjunto, estabelecerem as diretrizes do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial. A conferência, realizada em julho deste ano, atraiu aproximadamente 3 mil pessoas e resultou em cerca de 1.000 propostas, que serão analisadas por um grupo de trabalho interministerial a ser instituído pelo governo. “A Seppir é uma das mais importantes conquistas do movimento negro, mas precisa de mais recursos para funcionar”, diz Bento, da Ceert, criticando a estrutura e o orçamento do órgão, ambos considerados bastante reduzidos.

Qualificação Dados do IBGE mostram que existiam, em 2003, 6 milhões de trabalhadoras domésticas assalariadas no Brasil, sendo 95% mulheres. Desse total, 76% recebiam até um salário mínimo e 57,4% eram negras e pardas. Apenas 23% tinham carteira assinada e 57,9% tinham cursado o ensino fundamental, porém não haviam concluído. Para tentar mudar esse quadro, foi lançado, em novembro passado, o programa Trabalho Doméstico Cidadão, dentro do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), que, a partir de 2003, passou a dar atenção especial a segmentos com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, o que inclui os negros. A iniciativa foi do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em conjunto com a Seppir. Por meio do PNQ, em 2004 cerca de 142 mil trabalhadores foram capacitados, sendo que 62% eram negros. Além da qualificação profissional, o programa Trabalho Doméstico Cidadão prevê a elevação da escolaridade, o fortalecimento da auto-organização das traba-

Maior grau de informalidade

Trabalhadores com carteira assinada (2003)



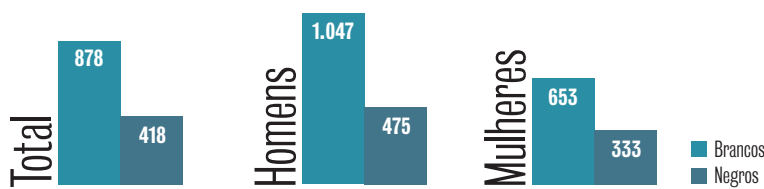
Maior dificuldade para entrar e se manter no mercado de trabalho

Taxas de desemprego (2003)



Salários mais baixos

Rendimento médio mensal em 2003 (16 anos ou mais - em R\$)



Fonte: Pnad/IBGE de 2003. Elaboração: Disoc/Ipea e Unifem com base em dados das Pnads/IBGE

número maior de negros e criar critérios de ascensão profissional mais transparentes



Eduardo Martins/Agência a Tarde/Pagos

Desempregados madrugam na fila por uma chance de trabalho em empreendimento localizado em Salvador: forte presença de negros

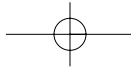
lhadoras domésticas e o desenvolvimento de projetos para intervenção em políticas públicas. Inicialmente, alcançará 350 trabalhadoras em seis estados. Destinado àquelas que têm de quatro a sete anos de estudo – o equivalente a 42,7% do universo das trabalhadoras domésticas –, o projeto deverá ser expandido, em parceria com o MEC e as prefeituras, e ganhar *status* de política pública permanente com o objetivo de atingir um número maior de trabalhadoras. “São iniciativas que ajudam na inserção dos negros no mercado de trabalho, mas sabemos que ainda é preciso muito mais”, afirma Antonio Almerico Biondi Lima, diretor do departamento de qualificação do MTE.

Apesar de todos os problemas expostos, em 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, os negros tiveram também motivos para comemorar. Se andarmos um pouco mais para trás na história, constatamos que as gerações atuais são menos discriminadas que seus pais e avós. Maurício Cortez Reis, pesquisador do Ipea, e Anna Risi Vianna Crespo, doutoranda da Universidade de Princeton,

nos Estados Unidos, fizeram essa comparação. Os autores analisaram gerações nascidas entre 1922 e 1981 e observaram que a diferença de rendimentos entre brancos e negros diminuiu à medida que a geração é mais nova. Verificaram também que a diferença salarial entre brancos e negros nascidos na década de 50, por exemplo, era de 100%, ou seja, os brancos ganhavam o dobro. Já entre os brancos e negros nascidos na década de 60 a diferença salarial havia baixado para 60%. A argumentação dos autores é justamente que a redução das práticas discriminatórias sobre as pessoas que fazem parte de gerações mais novas pode ter desempenhado um papel importante nesse resultado. “A diferença de rendimentos foi caindo, aos poucos, ao longo do tempo”, diz Reis. Entretanto, ele mesmo alerta que nada garante que as conquistas obtidas até aqui continuarão a acontecer. “O estudo mostra uma tendência, mas seriam necessárias novas análises para comprovar que essa tendência vai permanecer no futuro”, afirma.

No entanto, os avanços no combate às

desigualdades raciais no mundo do trabalho levam muito tempo para provocar mudanças expressivas nas relações raciais já tão estabelecidas e arraigadas. O reduzido número de ações voltadas especificamente para os negros e a ausência de metas raciais nos principais programas públicos de emprego, trabalho e renda complicam esse quadro. Além de ampliar a abrangência e os recursos financeiros dos programas em andamento e incluir o recorte racial nas demais políticas públicas de emprego, é imperativo que três iniciativas sejam conjugadas, na opinião de Nathalie Beghin, pesquisadora do Ipea. “Em primeiro lugar, é preciso valorizar a comunidade negra destacando seu papel histórico na construção do Brasil. Em segundo, é necessário incentivar organizações públicas e privadas a implementar planos de correção das desigualdades raciais. Finalmente, é preciso pressionar, judicial ou extrajudicialmente, as organizações a diminuir as distâncias entre trabalhadores negros e brancos. Isso apenas para começar a mudar o cenário.” É difícil, mas não impossível. **d**

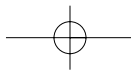
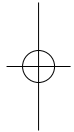


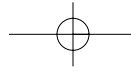
MELHORES PRÁTICAS



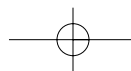
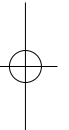
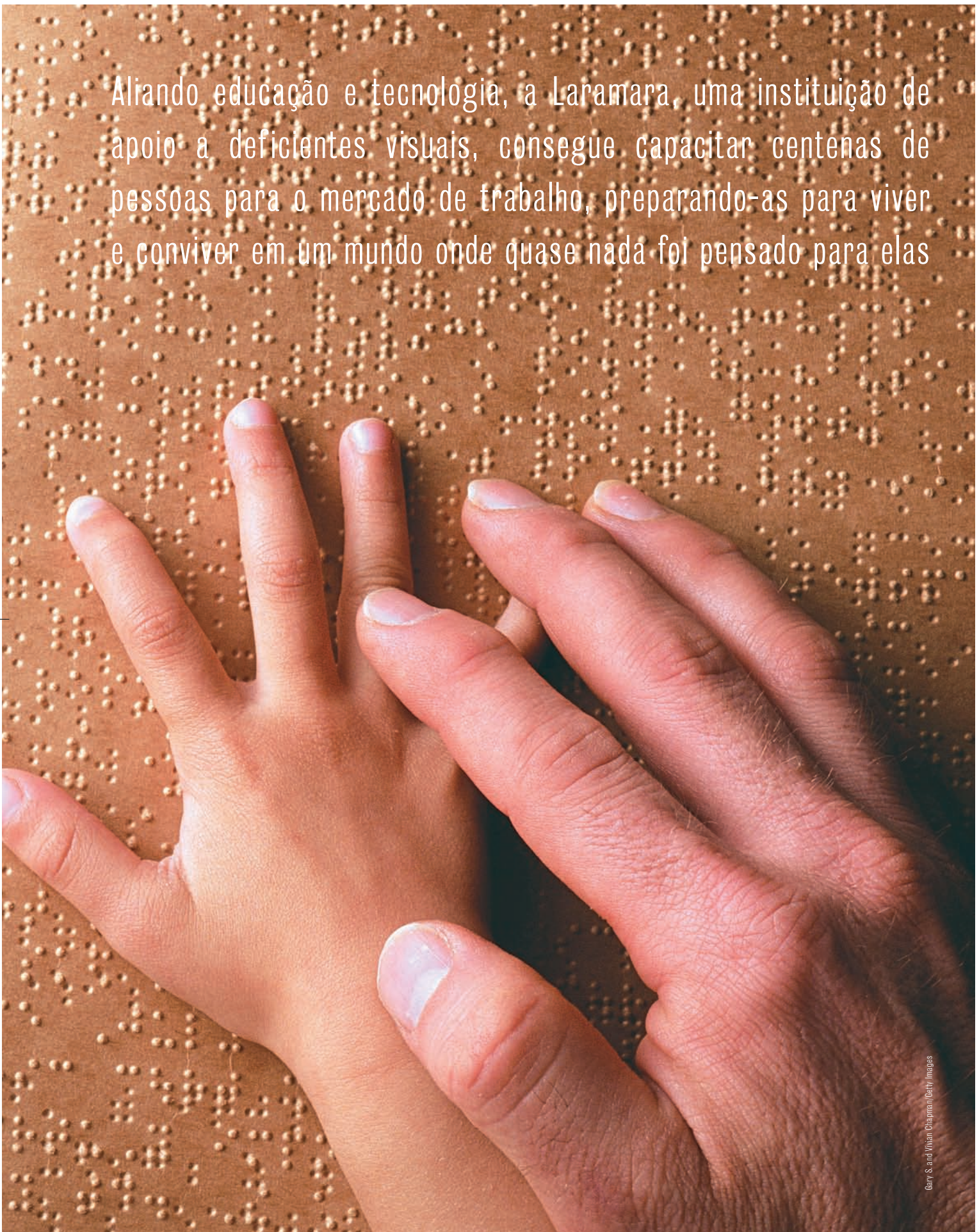
Uma luz na escuridão

Por Ottoni Fernandes Jr., de São Paulo





Aliando educação e tecnologia, a Laramara, uma instituição de apoio a deficientes visuais, consegue capacitar centenas de pessoas para o mercado de trabalho, preparando-as para viver e conviver em um mundo onde quase nada foi pensado para elas



Desde 1998, já foram vendidas cerca de 3,5 mil unidades da máquina de

Autonomia, independência e inclusão são as palavras de ordem no quartel-general de uma organização não-governamental que tem sede no bairro de Campos Elíseos, na região central da capital paulista. Mas a Laramara nada tem de subversiva, embora procure passar esses valores para os milhares de deficientes visuais que foram acolhidos pela entidade desde sua fundação, em 1991. A dose de subversão existente por lá é a procura constante da inovação no tratamento das pessoas afetadas pela cegueira ou pela baixa visão, principalmente ao evitar atitudes paternalistas: desde que entram na Laramara, ainda bebês, são orientados a estudar ou a trabalhar no mesmo ambiente que as pessoas dotadas de visão normal. Existem outras instituições de qualidade que atendem deficientes visuais, como a Fundação Dorina Nowill e o Instituto Padre Chico, ambos em São Paulo, mas a Laramara se destaca por oferecer serviços para todas as faixas etárias, por manter diversos núcleos que atendem à instituição e geram receita, tais como uma editora e um estúdio de gravações, e, acima de tudo, por produzir e comercializar equipamento para pessoas cegas ou com baixa visão.

Nos últimos anos, o empresário Victor Siauly, que fundou a instituição junto com a esposa, dedicou boa parte de sua energia ao projeto de fabricar no Brasil máquinas de escrever em braille, um instrumento decisivo na inclusão social dos deficientes visuais. É por meio dela que um estudante consegue acompanhar as aulas e escrever em braille suas anotações. Em 1997, Siauly enviou um grupo de dez pessoas à Escola Perkins para Cegos, em Boston, nos Estados Unidos, com o intuito prepará-las para montar o equipamento aqui. Nos Estados Unidos, era possível comprar uma máquina por 660 dólares (aproximadamente 1,5 mil reais), mas no Brasil ela não saía por menos de 3,5 mil reais. Após o treinamento, o grupo retornou e, em janeiro de 1998, começaram a ser vendidas as máquinas fabricadas aqui, com componentes importados, ao preço de 2,2 mil

reais. Desde então, já foram vendidas cerca de 3,5 mil unidades, segundo conta o engenheiro metalúrgico Júlio Pires, coordenador da Laratec – unidade da Laramara que vende equipamentos e softwares destinados a ajudar os deficientes visuais em suas atividades cotidianas, educacionais ou profissionais. “A cooperação com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) foi fundamental para a montagem das máquinas e atualmente eles fornecem todo o ferramental que garante a fabricação local”, explica Pires. O objetivo da Laramara é conseguir vender as máquinas por 1,5 mil reais a partir de janeiro. Além de nacionalizar a produção, a Laratec aperfeiçoou o projeto cedido pela Escola Perkins. “Conseguimos reduzir o peso de 4,5 quilos para 3,8 quilos, principalmente por usar plástico em lugar de metal na fabricação do gabinete externo.” A Laratec terá condições de fabricar até 50 máquinas por mês, com uma equipe de dez pessoas, informa o coordenador da produção, Cristiano Gomes, que fez parte do grupo que esteve em Boston em 1997.

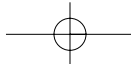
A máquina de escrever em braille é fundamental para os deficientes visuais que es-

tudam, pois já não existem classes especiais e eles estão integrados em classes comuns. Em tese, cada escola deveria ter um centro de apoio aos alunos cegos ou com visão subnormal equipado com máquinas de escrever em braille e outros recursos, mas a realidade é bem diferente. O único equipamento fornecido é uma reglete plástica que serve como guia para que o deficiente visual grave numa folha de papel, com auxílio de uma punção, as letras em braille. “As escolas deveriam fornecer uma máquina de escrever para os alunos deficientes visuais usarem nas salas de aula, porque permitem escrever 20 vezes mais rápido do que com uma reglete. Mas a lei de inclusão dos deficientes não é praticada, pois faltam equipamentos e professores especializados”, conta a pedagoga Mara Campos Siauly, esposa de Vitor e também fundadora da instituição.

Patrocínio Ainda que a Laramara tenha conseguido reduzir o preço das máquinas de escrever em braille, o instrumento continua é inacessível financeiramente para grande parte das entidades que atendem



Leonardo Moura da Silva, com seu avô, Pedro Soares Barros: vantagens da terapia com brinquedos



escrever em braille montada dentro da Laramara

Fotos Samuel Iavelberg



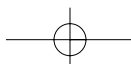
Mariel tem baixa visão e é uma das 450 crianças que são educadas na Laramara

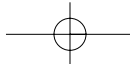
deficientes visuais. Para contornar o problema, a Laramara procura empresas que patrocinem a doação dos equipamentos. A Petrobras, por exemplo, doou 150 máquinas e já autorizou outras 170, que serão fornecidas a partir de janeiro, informa Pires. O patrocínio de empresas permitiu a distribuição de um total de 600 máquinas de escrever em braille. Cabe à Laramara selecionar as entidades que receberão as doações. “Damos prioridade às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e fazemos uma pesquisa para avaliar as necessidades e a qualidade dos serviços prestados”, conta Pires. A carência é enorme. No Maranhão, por exemplo, existe apenas uma máquina de escrever em braille.

Para entender a dedicação dos fundadores e da equipe da Laramara, é preciso saber um pouco da história dessa institui-

ção. A Laramara – Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual, surgiu da iniciativa do casal Siaulys, pais de Lara, uma menina que nasceu cega, em 1978. A mãe deixou de trabalhar como professora de Geografia e se dedicou inteiramente a cuidar da filha temporã. Buscou o conhecimento disponível no Brasil e no exterior sobre como tratar crianças com deficiência visual. Voltou a estudar e fez Pedagogia na Universidade de São Paulo, com especialização em atendimento de deficientes visuais. Com a filha encaminhada – Lara cursou faculdade de Música na Universidade de Campinas e agora está no segundo ano de Letras na Pontifícia Universidade Católica de Campinas –, foi trabalhar como voluntária na Santa Casa de Misericórdia paulistana. Foi então que percebeu a precariedade dos serviços de atendimento às

pessoas cegas e com visão subnormal. Diante dessa carência, ela decidiu fundar a Laramara (da fusão do prenome da filha com o da mãe) com total apoio do marido, o empresário Victor Siaulys, um dos sócios do Aché Laboratórios Farmacêuticos, atualmente a maior empresa do ramo na América do Sul. A família Siaulys colocou boa parte de seu patrimônio na Laramara e agora a meta é fazer que a instituição caminhe com as próprias pernas e consiga autofinanciar suas atividades, explica Mara, que é sua diretora-presidente. O casal Siaulys divide funções na condução da Laramara. A esposa é o dínamo interno, voltada para a missão de educar e incluir socialmente os deficientes visuais. “Meu marido é o agitador externo, que divulga a Laramara, colhe doações e também monta a estrutura que permitirá um funcionamento autônomo.”





A Laratec traduz para o português softwares especializados que ampliam em até

Fotos Samuel Iavelberg



Em sentido horário, Júlio Pires (no alto, à esquerda) com as peças da máquina de escrever em braille, a presidente Mara Campos Sialy e Rosimeire dos Santos

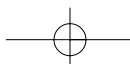
Foram criadas unidades de negócios (leia quadro na pág. 58) capazes de gerar faturamento para a entidade, e uma delas é a Laratec, que cuida da fabricação das máquinas de escrever em braille.

A importância dos equipamentos especiais para a inclusão educacional ou profissional dos deficientes visuais fica evidente na Laramara. Paulo Henrique Graça, de 25 anos, trabalha há sete anos na instituição e atualmente cuida da área de suporte e assistência técnica aos softwares de apoio aos deficientes visuais vendidos pela Laratec. Seu primeiro contato com a instituição aconteceu quando ele tinha 15 anos e havia perdido completamente a visão por causa de uma retinose pigmentar. Ele fez o treina-

mento para mobilidade na instituição, participou da turma piloto do curso de informática profissionalizante e foi contratado pela Laramara em 1998 para ser instrutor de informática. Atualmente, faz atendimento pelo telefone ou pelo serviço de mensagens instantâneas da Microsoft. Utiliza um microcomputador no qual está instalado o software Jaws, que transforma os textos da tela em áudio. Também usa uma leitora de braille, conectada ao computador. Quem está do outro lado da linha telefônica não percebe que está lidando com um deficiente visual, mas Graça trata de fazer o alerta. Ele é formado em Ciência da Computação em uma escola onde faltavam recursos para deficientes visuais. Em com-

pensação, contou com o apoio especial de uma professora que transcrevia os textos para braille. A Laratec traduz para o português softwares especializados desenvolvidos pela empresa Freedom, dos Estados Unidos, entre eles o Magic, que amplia em até 16 vezes a tela de um computador. É com o apoio desse programa que Antonietti Jorge pode ler as faturas na área comercial da Laramara.

Autonomia Entre os 200 funcionários da Laramara, 25 têm algum tipo de deficiência visual. Rosimeire dos Santos, de 24 anos, tem 10% de visão em apenas um dos olhos e trabalha há quatro anos como professora de Informática no Programa de



16 vezes a tela de um computador, para facilitar o trabalho dos que têm visão reduzida

Complementação Educacional de Jovens e Adultos (Proceja), mantido pela instituição. Ela mesma foi aluna do Proceja, que atende, no momento, 175 estudantes. O principal curso ministrado pelo programa é o Camt (cidadania, autonomia e mundo do trabalho). Além da formação em informática e inglês, o aluno aprende comunicação e expressão, autonomia e apresentação pessoal, ética e cidadania, além de participar de oficinas de música, teatro e artes plásticas. O curso é dividido em dois módulos de quatro meses, com 4 horas de aula, cinco dias por semana. Para cursar o Camt, o deficiente visual tem de saber ler e escrever em braille, conta Erica Cristina Takahashi, de 28 anos, assistente da coordenadora do Proceja. “O objetivo é trabalhar o desenvolvimento integral, com a preocupação de dar formação profissional, resgatar a autoestima e a autonomia, pois muitos deficientes visuais chegam aqui sem nenhuma perspectiva”, explica Takahashi. Desde que foi criado, em 1996, o Proceja já recebeu 571 alunos, dos 17 aos 63 anos.

A Laramara atende deficientes visuais desde a tenra idade, pois, quanto mais cedo chegam os cuidados especiais, mais fácil é o desenvolvimento. Para auxiliar no ensino das atividades da vida diária, foi construído um modelo de casa onde as crianças aprendem a se vestir, fazer a higiene pessoal, arrumar as roupas e outras lições para a vida cotidiana, como explica Fábio Shiguehara, de 28 anos, que responde pela área de comunicação da Laramara, onde trabalha há dois anos. As crianças também dispõem de uma brinquedoteca especializada, com muitos brinquedos que foram criados pela própria equipe da Laramara. A maioria dos 150 voluntários que trabalham na Laramara se dedica às atividades infantis. Brincar é importante para que a criança com deficiência visual desenvolva noções espaciais, consciência corporal, convívio social e aprenda a trabalhar as emoções.

Para orientar as famílias e educadores de crianças com deficiência visual, a pedagoga Sialys acaba de lançar o livro *Brincar É para Todos*, que ensina a confeccionar e a

A Laramara em números

7.253
famílias de deficientes visuais atendidas desde 1991

571
jovens passaram pelos cursos de formação profissional

200
funcionários, sendo 25 deficientes visuais

150
voluntários

3,5 mil
máquinas de escrever em braille produzidas, das quais 600 foram doadas a instituições graças à contribuição de empresas

8 mil m²
de área construída

utilizar 109 brinquedos, além de mostrar seus efeitos sobre o aprendizado. “É fundamental a interação e a participação da criança com deficiência visual na vida familiar, na escola e na comunidade. As brincadeiras propostas no livro estimulam os sentidos de tato, audição, olfato e paladar, e ajudam a explorar formas, texturas e grandezas dos objetos”, esclarece a autora e presidente da

Laramara. O menino Leonardo Moura da Silva, de 5 anos, comprova as vantagens da terapia com brinquedos. Cego de nascença e portador de deficiências motoras, ele frequenta a Laramara há três anos. “Estamos muito esperançosos, pois ele usa a piscina, brinca e está começando a andar e a falar”, conta seu avô, Pedro Soares Barros, que se reveza com a mãe para levar a criança duas vezes por semana à Laramara.

Dimensão A vida apresenta imensos obstáculos para os que nascem sem visão, mas os especialistas reconhecem que é ainda mais difícil integrar alguém que adquire a cegueira já adulto. Porém, no Laramara existe um bom exemplo de que mesmo restrições dessa dimensão podem ser superadas. Alexandre José Correia de Lima, de 32 anos, é o coordenador do Centro de Recursos da Laramara, onde ingressou em 1996, como aluno do Proceja. Até os 24 anos tinha 40% de visão, mas a retinose pigmentar foi piorando e hoje tem apenas 2%, o que lhe permite enxergar alguém que está perto, mas ele não percebe sequer quando a pessoa levanta a mão. A partir dos 25 anos começou a usar mais os meios auditivos e teve contato com alguns dos equipamentos e softwares que hoje estão à disposição no Centro de Recursos, tanto para quem participa das atividades da Laramara como para alunos deficientes visuais da Faculdade Oswaldo Cruz, vizinha à entidade. “A maior barreira que o deficiente visual tem de vencer é interna, que é a vergonha da doença adquirida depois de adulto. Tem cego que não usa a bengala na própria rua”, conta Lima. Não é o seu caso. Ele está estudando Pedagogia e dá aulas em Peruíbe, no litoral paulista, para onde viaja de ônibus sozinho. Casado, pai de uma filha, Lima mora no Jabaquara, na zona sul da cidade, e usa o metrô para ir trabalhar, conta, enquanto atende Everton dos Santos, que quer uma senha para usar o microcomputador com o software Magic, de ampliação da tela. O Centro de Recursos tem vários outros equipamentos, como uma câmera que amplia imagens

Para auxiliar no ensino das atividades da vida diária, foi construído um modelo de casa

e as projeta numa tela de televisão.

O conceito da Laramara foi definido nos detalhes, com base nos conhecimentos de sua fundadora e da equipe multidisciplinar que a criou. Cada sala tem uma placa com identificação em braille colocada no batente. Uma voz digitalizada informa aos usuários dos elevadores o que existe em cada andar. “Nosso primeiro trabalho foi educar para a empregabilidade, voltada para jovens de mais de 16 anos. Não fazemos terapia, mas educamos. Aos poucos fomos evoluindo, passando a atender crianças com deficiência visual e suas famílias”, recorda a presidente da instituição. Em 15 anos de atividade, a Laramara atendeu 7.253 famílias, contabiliza Vera Aparecida Salgueiro Pereira, formada em Serviços Sociais, que cuida da área de atendimento e está na Laramara desde a fundação. Uma equipe técnica de 32 profissionais cuida, no momento, de 450 crianças e suas famílias. “Os pais chegam aqui desesperados, que-

rem saber a causa da deficiência visual, se é hereditária. Depois vem a fase da aceitação e do envolvimento da família com a educação da criança.” Deficientes visuais e seus familiares assistem às palestras dos especialistas da Laramara, como a de João Felipe, professor de mobilidade e orientação, que explica, entre outras coisas, que a bengala não deve ser escondida, mas assumida. E, mais do que isso, os familiares aprendem que não devem ter dó dos deficientes visuais, mas sim respeitá-los.

Avaliação Praticamente todo atendimento da Laramara é gratuito. Somente quem tem condições financeiras paga as mensalidades, e esse grupo não passa de 10%. Mesmo assim, Pereira faz questão de lembrar que não prestam assistencialismo – eles educam. Quando chega, a criança é avaliada por uma assistente social para mapear a situação familiar. Em seguida, ela é examinada por um oftalmologista e passa por



Funcionários deficientes visuais formados na

um especialista em ortóptica que indica os equipamentos que deve usar. Grupos de até seis famílias, apoiados por psicólogas e assistentes sociais, são formados para avaliar todo o trabalho realizado, definir metas e criticar os resultados. Quanto mais cedo a deficiência visual da criança for detectada,

Em busca da auto-sustentação

A família Sialyts investiu muito dinheiro para equipar as unidades de negócios da Laramara, com o objetivo de garantir que a entidade funcione apenas com as receitas geradas por suas atividades. A Gráfica e Editora Laramara é o carro-chefe, que proporciona o maior faturamento, mas também consumiu o maior investimento. Fundada há cinco anos, é um dos maiores fornecedores de bulas de remédio impressas em braille, além de imprimir rótulos e folhetos promocionais. Funciona num prédio perto da sede da Laramara, com 1.750 m² de área construída. Outra unidade é a Sambureau&Publicidade, um birô de editoração que produz todo o material de divulgação usado pela Laramara e também presta serviços para clientes externos.

Há também um estúdio e uma produtora que prestam serviços de gravação de áudio, mixagem e masterização. Ambos são coordenados por Nino Nascimento, de 29 anos, que trabalha na Laramara

desde 1998. Nascimento tem uma trajetória interessante dentro da instituição. Ele foi o primeiro deficiente visual – tem 5% de visão – a trabalhar como mensageiro do Laramara. Depois fez a formação profissional lá dentro mesmo e foi promovido a auxiliar no estúdio, que hoje coordena. Lá são gravados livros falados, mas também são realizados serviços normais de um estúdio. A banda Capital Inicial, por exemplo, ensaiou seus últimos discos no estúdio da Laramara. “Eles fazem toda a pré-produção conosco, testam o repertório, fazem os arranjos e depois gravam no estúdio escolhido pela gravadora”, conta Nascimento.

A Laramara também dispõe de um auditório equipado com todos os recursos, que é alugado para eventos. Neste mês, começará a funcionar, junto à sede, o Café Teen, um bem equipado bar, que servirá de ponto de encontro, inicialmente para a comunidade ligada à Laramara.

A Laratec é a unidade responsável pela fa-

bricação das máquinas de escrever em braille e pela montagem de bengalas para deficientes visuais, com componentes fornecidos por terceiros. São capazes de montar 100 bengalas por mês, que são vendidas por 43 a 50 reais, dependendo do modelo, enquanto a importada custa de 100 a 150 reais, explica Júlio Pires, coordenador da Laratec, que fatura cerca de 1 milhão de reais por ano. “Operamos com uma margem mínima, para vender os produtos a preços acessíveis”, lembra. A loja da Laratec, na sede da Laramara, oferece produtos de uso cotidiano que facilitam a vida dos deficientes visuais, desde relógios até medidores de pressão arterial ou termômetros que “falam” os resultados graças a uma voz sintetizada digitalmente. Uma parceria com o Senai de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, permitiu colocar na loja jogos, como o da velha, para serem utilizados por pessoas cegas ou com baixa visão. “Procuramos

onde as crianças aprendem a se vestir, fazer a higiene pessoal e arrumar as roupas



Fotos Samuel Iavelberg

Laramara (da esquerda para a direita): Alexandre José Correia de Lima, Carlos Silva Reis, Paulo Henrique Graça e Antonieti Jorge

melhores os resultados. “A maioria dos hospitais não faz exames para diagnosticar problemas de visão dos recém-nascidos e orientar os familiares. Muitas vezes a mãe acha bonitos os olhos azuis do bebê e não sabe que ele tem catarata”, adverte Pereira.

Outra frente de atuação da Laramara é

parcerias com fornecedores do Brasil e do exterior para comprar quantidades maiores dos produtos e vendê-los por um preço que o deficiente visual não encontra no comércio tradicional. Um acordo com o Instituto do Cego da China permite vender telescópios que aumentam a imagem oito vezes por 184 reais, quando custam 1,5 mil reais nas lojas tradicionais”, conta Pires. Nessa caso, porém, vendem apenas um equipamento para cada pessoa, desde que apresente uma receita médica, para evitar que os produtos sejam novamente comercializados. Atualmente, a jóia da coroa da Laratec é a máquina de escrever em braille, com componentes produzidos no Brasil, que começará a ser comercializada em janeiro. A meta, diz Pires, é vender a máquina por 1,5 mil reais, com uma redução de 30% sobre o preço dos equipamentos montados com material importado.

a propagação do conhecimento, especialmente para profissionais e educadores que atendem deficientes visuais, diz Pereira. Nessa linha, a Laramara ministrou um curso de capacitação no trato de deficientes visuais para 120 professoras de escolas públicas da capital paulista, conta a presidente da instituição. “Além disso, distribuimos 5 mil conjuntos, com fita de vídeo, CD e orientação sobre mobilidade, para unidades escolares escolhidas pelo Ministério da Educação e Cultura, pois é preciso atrair mais crianças com deficiência visual, já que só 3% das existentes vão às aulas, o restante permanece escondido em casa.”

Atendimento Além de contar com o faturamento das unidades de negócios, que em 2004 garantiram 66,1% da receita de 12,7 milhões de reais, a Laramara montou um serviço de telemarketing com 35 operadores – seis dos quais têm algum tipo de deficiência visual –, com a tarefa de arrecadar doações de pessoas e empresas. “Estamos expandindo nosso serviço, que contará com 50 posições em 2006, e pretendemos empregar um número maior de operadores com deficiência visual. Até lá o software de atendimento e de banco de dados já contará com a tecnologia que permite transformar em áudio os textos e os números das telas”, explica Daniele Rueda, coordenadora do serviço de telemarketing, que trabalha na Laramara des-

de agosto. Carlos Renato da Silva Reis, de 28 anos, cego de nascença, é operador de telemarketing há três anos e fez o curso do Proceja. “Na Laramara, recebemos o mesmo tratamento que teríamos em empresas comuns, sem paternalismo”, diz Reis, que também é um violonista de mão-cheia e de noite toca profissionalmente em bares da Vila Madalena, bairro da zona oeste da capital paulista. No ano passado, as doações ou contribuições renderam 4,4 milhões de reais para a Laramara, metade individuais e metade de empresas ou fundações. A família Siaulys garante as maiores contribuições, bem como os investimentos que permitirão a futura autonomia financeira da empresa. Apesar das conquistas e do pioneirismo da Laramara, sua fundadora reconhece que atender cerca de 800 deficientes visuais e familiares mensalmente representa “apenas uma gota num mar de dificuldades, pois existem 1,5 milhão de pessoas cegas e com baixa visão em todo o Brasil, a maioria à margem de cuidados especiais”. Ela tem razão, mas talvez a definição mais apropriada não seja essa, e sim a de uma pequena semente em meio a uma imensa floresta. Sem dúvida, o trabalho da Laramara produz frutos que permanecem dentro de cada uma das pessoas atendidas e que se espalham à medida que elas vão conquistando seus direitos no mundo que aprenderam a enfrentar. **d**

Os caminhos da esperança

Em seu primeiro trabalho publicado no Brasil, Carlos Lopes compartilha conosco uma instigante reflexão sobre o nosso tempo e sobre os intrincados caminhos a serem percorridos pelas nações na busca da felicidade para seus povos. Seu texto é denso, elegante e direto. Sentem-se nele as marcas de uma sofisticada formação acadêmica – que o levou, há quase 25 anos, a investigar as condições do subdesenvolvimento de sua Guiné-Bissau e o descompasso entre as estruturas locais e a visão dos desenvolvidos. Fica igualmente claro o seu compromisso com a busca de melhores condições de vida para a imensa maioria de pobres que habita o nosso planeta. O texto se beneficia ainda do olhar privilegiado de quem tem vivido com intensidade a rica experiência como alto funcionário do sistema Nações Unidas – Lopes acaba de deixar o posto de Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) no Brasil para assumir o de principal assessor do Secretário-Geral da ONU (veja a entrevista com ele publicada em **Desafios** n.º 16).

O resultado desse percurso intelectual e de vida é um relato técnico e objetivo dos aspectos centrais do funcionamento dos organismos internacionais dedicados à promoção do desenvolvimento, e uma crí-

tica profunda de alguns dos principais pressupostos e posturas dessas instituições. Apesar disso e da contundência com que ele nos mostra as dimensões das desigualdades no mundo contemporâneo, o que fica no leitor está longe do desânimo e da desesperança. Ao contrário, ao organizar esse relato com base no trinômio conhecimento-desenvolvimento-liberdade, Lopes sugere os caminhos a serem trilhados para os países pobres e emergentes construir estratégias para o seu desenvolvimento sustentável. E aborda as mudanças que os países ricos deveriam adotar para a construção de um mundo mais justo. O conhecimento é aqui apresentado e amplamente discutido como desenvolvimento de capacidades nos níveis individual, institucional e social, conceito central na literatura sobre desenvolvimento e fortemente associado às atividades de assistência técnica internacional. O desenvolvimento não é apenas tratado como a busca por melhores condições materiais de vida, mas como pré-condição necessária para que se respeite a diversidade de culturas, opiniões e escolhas, isso sim capaz de levar à felicidade.

O autor discute alguns termos do “novo vocabulário da assistência internacional” – atribuição de poder, responsabilização, apropriação, transparência, participação e outros –, assim como o papel das

Estratégias para a Redução da Pobreza, adotadas em 1999 pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Como não poderia deixar de ser, demonstra a relevância dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, de que é um importante animador, na luta contra a pobreza.

Ao tratar dos desafios atuais, Carlos Lopes nos apresenta uma interessante discussão sobre a “fuga de cérebros” dos países menos desenvolvidos e lista mecanismos para reverter esse processo. E ressalta a importância específica do desenvolvimento de capacidades nos países pobres e em desenvolvimento para a negociação dos acordos de comércio internacional, como forma de explorar todas as potencialidades permitidas pelas regras da matéria.

Lopes incorpora a lógica e os interesses dos países doadores das instituições internacionais, mas tem sempre como perspectiva a dos chamados países receptores – sem, entretanto, deixar de problematizar essa condição e o papel de suas elites. Questiona também a atuação e os interesses dos chamados “profissionais da indústria do desenvolvimento”. A estes – e mais ainda aos que não querem se deixar lograr por eles – interessa, sobretudo, a leitura dessa inestimável contribuição para a superação das desigualdades no mundo.

Luiz Henrique Proença Soares



**Cooperação e Desenvolvimento Humano:
Agenda Emergente para o Novo Milênio**
Carlos Lopes
Editora Unesp, 2005, 212 p., R\$ 28,00

Como atrair mais investimentos

Nos tempos atuais, muitas economias em desenvolvimento têm realizado esforços para criar um ambiente favorável à entrada de investimento direto externo (IDE). Nesse intuito, vários países esforçam-se para avançar em reformas institucionais que aumentem a atratividade de seus mercados ao IDE. Dada a natureza complexa das reformas requeridas, principalmente em países de dimensões continentais, como Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC), essas reformas tendem a progredir em velocidade lenta. É com base nessa constatação que o livro *BRICs and Private Equity* pretende mostrar a importância da utilização de mecanismos e técnicas que possam tornar esses países mais atrativos ao IDE enquanto as reformas não se completam.

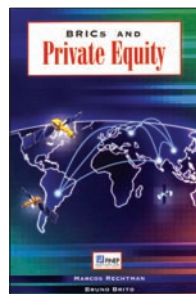
Os autores partem da afirmação de que a criação e a expansão da riqueza dependem cada vez mais das atividades econômicas centradas na “economia do conhecimento”. Obter informações – e, sobretudo, processar quantidades enormes de informações e decidir em tempo hábil para aproveitar as oportunidades de investimentos – é uma questão crucial que determina o sucesso ou o fracasso de empresas e nações. Esse novo contexto da economia mundial representaria uma oportunidade para as economias emergentes, como mostra o aumento nos fluxos de investimentos para essas economias nas últimas décadas. Tal crescimento resultou, segundo os autores, da maturidade dos países desenvolvidos e da redução da assimetria da informação nos países em desenvolvimento.

Apesar dos esforços para melhorar seu ambiente de negócios, esses países ainda não alcançaram padrões institucionais e de regulação requeridos pelos investidores internacionais e dificilmente atacarão, num curto prazo, todos os problemas estruturais que possuem. É em razão dessa situação que o livro propõe (e é sua idéia central) a utilização de mecanismos e estruturas capazes de aumentar a atrati-

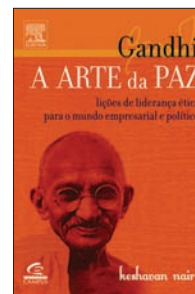
vidade desses mercados enquanto as reformas avançam em paralelo. Trata-se de uma proposta de adaptação das técnicas usadas pela *private equity industry* nos mercados emergentes, as quais seriam capazes de mitigar os riscos dos investidores interessados. Além de apresentar o conceito amplo de *private equity*, o livro propõe um modelo de implementação das técnicas focalizado em cinco fatores-chave: impacto da globalização, estrutura de acordos, avaliação da gestão, governança corporativa e gestão de conflito que podem ser utilizados para os países mencionados.

O ponto alto do livro é a apresentação didática das técnicas de minimização de riscos por meio da obtenção de informações, assim como a associação entre os instrumentos de investimento de longo prazo e os estágios de desenvolvimento das corporações. No entanto, a tentativa de elaborar uma lista dos fatores positivos e negativos relacionados ao ambiente de negócios dos países do BRIC acrescenta pouco à análise. A conclusão do livro também peca pela repetição de frases e parágrafos e não amarra uma visão geral da problemática tratada. No mais, é uma leitura interessante e representa um esforço em tratar o elo existente entre os negócios corporativos e a complexidade das economias emergentes.

Luciana Acioly



BRICs and Private Equity
Marcos Rechtman e Bruno Brito
Editora Finep, 2005, 209p., R\$20,00



Gandhi: A Arte da Paz – Lições de liderança ética para o mundo empresarial e político
Keshavan Nair
Editora Campus/Elsevier, 2005, 168 p., R\$ 35,00

Filosofia para líderes

Mahatma Gandhi, o histórico líder pacifista indiano, disse acreditar que sua mensagem e seus métodos eram válidos para todo o mundo. Passados mais de 50 anos de seu assassinato, o conterrâneo Keshavan Nair escreveu um livro propondo que os princípios de Gandhi sejam aplicados até mesmo na gestão política e empresarial. Ele tenta dar respostas ao velho dilema entre a busca do sucesso a qualquer preço e a preservação dos valores. Embora a princípio pareça utópico, o livro sabe mostrar as vantagens de manter o que Gandhi chamava de “único padrão de conduta na vida pública e privada”. Para o autor, líderes só despertam respeito quando dão exemplo de conduta. E ele lembra que funcionários orgulhosos de trabalhar em uma empresa com padrões morais elevados sentem-se mais motivados individualmente e geram maior produtividade. Gandhi já havia demonstrado que o idealismo também podia ser prático e eficaz ao liderar centenas de milhões de pessoas contra um dos maiores impérios da história mundial. A proposta é arrojada: como indivíduo comprometido com um padrão mais elevado, o líder deve usar o poder dentro dos limites fixados por seus valores e deve estar disposto a arriscar esse poder.

Marina Nery

ciência&inovação CIRCUITO

TV Digital

A Copa do Mundo vem aí...

Sem se importar com o vai-e-vem de ministros da Ciência e Tecnologia nem com as mudanças de prioridades políticas, os cientistas continuaram trabalhando no desenvolvimento de um padrão de televisão digital para o Brasil. O resultado é que desde o dia 15 de novembro está no ar o primeiro sinal digital, transmitido de uma antena no bairro do Sumaré, em São Paulo, diretamente para um aparelho receptor instalado dentro do Laboratório de Sistemas Integráveis (LSI), da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. A determinação dos pesquisadores se deve, entre outras motivações, à pressão feita pelos fabricantes de aparelhos de televisão. Eles pretendem lançar as novas TVs digitais a tempo de aproveitar a onda de vendas que sempre acompanha as transmissões da Copa do Mundo.

Astronomia

Cavaleiro andante espacial

Em 2029, o asteroide 99942 Apophis, de 400 metros de diâmetro, passará a 32 mil quilômetros da Terra. A distância parece grande, mas é só impressão. Trata-se da maior aproximação de um objeto desse tamanho desde que o homem começou a registrar a própria história. Ele passará na altura da órbita dos satélites de comunicação e



Agricultura

Brincando de Deus

Cientistas da Universidade de Winsconsin conseguiram decifrar, por meio de uma proteína, como as plantas reagem à luz. A proteína, chamada fitocromo, pode ser encontrada na maioria das espécies vegetais, nos fungos e até em algumas bactérias. “É ela quem diz às plantas quando devem germinar para crescer, absorver mais luz e evitar competição. Ela diz quando florescer e determina quando devem morrer ao

final de uma estação”, explica o professor Richard Vierstra, um dos autores do artigo, publicado na revista *Nature*, apresentando a descoberta. A expectativa é que o mapeamento do fitocromo seja revolucionário para a agricultura. Quando os cientistas conseguirem manipular a proteína, eles serão capazes de criar plantas cujo crescimento, florescimento e morte poderão ser precisamente manipulados e controlados.

Divulgação científica

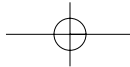
Em boa companhia

Entre os escolhidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) para receber o prêmio Kalinga 2005 está o biólogo brasileiro Jeter Bertoletti. A conquista é um reconhecimento ao seu trabalho no Museu de Ciência e Tecnologia de Porto Alegre. Em 1967, Bertoletti fundou o museu, que hoje é o maior do gênero na América do Sul. Em 2001, ele lançou o Projeto Museu Itinerante, que se dividia em duas partes — um caminhão que passeava por pequenas cidades do Rio Grande do Sul com exposições sobre ciência e um ônibus que transportava as pessoas para visitar o Museu de Ciência e Tecnologia. A idéia foi, posteriormente, adotada por diversos centros de ciência e universidades espalhados pelo país.

A distinção é concedida àqueles que se destacam na popularização da ciência e teve como agraciados vários ganhadores do Prêmio Nobel, como Bertrand Russel (1950), sir Peter Medawar (1960), Nicolai G. Basov e David Suzuki (1964), Karl von Frisch (1973) e Konrad Lorenz (1973).

“Quando se aprende a examinar os dados de forma correta, é possível explicar alguns enigmas que do contrário pareceriam insolúveis, pois nada como o poder dos números para remover camadas e camadas de desconhecimento e contradições.”

Steven D. Levitt e Stephen J. Dubner, em seu best-seller mundial *Freakonomics*



Software livre

Made by Banco do Brasil

Em breve, uma série de aplicativos baseados em softwares livres estará disponível no mercado brasileiro. A Cobra Tecnologia, empresa de tecnologia da informação do Banco do Brasil, acaba de implantar um Centro de Competência em Plataforma Aberta, que vai desenvolver programas para os segmentos de automação bancária, governos, educação e engenharia de softwares. Além dos sistemas corporativos, a Cobra deve lançar em breve um pacote de aplicativos para escritórios, destinado a equipar o PC Cidadão, parte do programa PC Popular do governo federal. Para 2006, o plano de negócios do Centro prevê a criação de pelo menos 20 aplicativos de uso corporativo, cujas vendas devem gerar um volume de negócios da ordem de 90 milhões de reais.

Ótica

Sem foco, sem problema

Uma nova câmera digital que refocaliza a foto mesmo depois de a imagem já ter sido clicada promete transformar as imagens borradas em coisas do passado. Em uma câmera digital normal, um sensor localizado sob a lente registra o nível de luz que atinge cada pixel em sua superfície. Se os raios de luz que atingem o sensor não estiverem em foco, a imagem irá aparecer desfocada. Entretanto, pesquisadores da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, descobriram como ajustar os raios de luz mesmo depois de eles já terem atingido a câmera. O sistema poderá ser particularmente útil para fotos de ação.

Sergio Lima/Folha Imagem



Matemática

Espírito vencedor

Finalmente saíram os resultados da Olimpíada de Matemática das Escolas Públicas. Dez milhões e meio de alunos participaram, vindos de mais de 31 mil escolas espalhadas por praticamente todos os municípios do país. Foram distribuídas, aos vencedores, 1.110 medalhas de ouro, prata, bronze, certificados de menção honrosa e 2 mil bolsas de iniciação científica júnior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq). Os números impressionam, mas entre os 330 estudantes que conquistaram o ouro, um tem uma história muito especial para contar. É Paulo Santos Ramos, de 16 anos, portador de artrite reumatóide. Ele não enxerga, quase não ouve, usa cadeira de rodas e tem grande parte dos movimentos comprometidos. Morador de Brasília, Paulo cursa a 6ª série numa escola regular do Plano Piloto e participou da olimpíada com outros 220 alunos do colégio, sendo o único vencedor do grupo. Nessa entrevista, ele mostra um pouco do espírito batalhador que o levou ao primeiro lugar no pódio da competição.

Com quantos anos você foi para a escola?

Paulo - Comecei a estudar com 4 anos provavelmente, mas desde pequeno sou inteligente e tenho sabedoria com tudo.

De que matérias você mais gosta?

Paulo - As matérias que eu mais gosto são as que despertam a vontade de aprendizado, isso sim, com toda certeza, é minha matéria predileta.

Por que decidiu participar das Olimpíadas de Matemática?

Paulo - Eu estudava à tarde e, quando passei para a manhã, a professora Patricia falou das olimpíadas. Daí ela nos inscreveu, ou seja, se eu não tivesse passado para o período da manhã não teria participado, pois o professor da tarde não quis participar das olimpíadas.

Ficou surpreso com o resultado?

Paulo - Bastante, gostei muito do resultado!

Você imaginava que seria um dos vencedores?

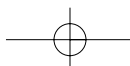
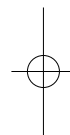
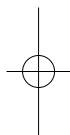
Paulo - Para falar a verdade, o que eu sempre disse foi "alguma coisa eu ganhei". Não sabia que iria ser tanto. Mas um pastor da minha igreja disse que eu iria ganhar a de ouro.

O que você gosta de fazer nas horas livres?

Paulo - Mexer em meu computador. Minha mãe já brigou por eu ficar tanto no computador. E o que eu faço é isso: mexer em programação, pesquisar tanto pra escola como pra curiosidade minha mesmo, e ajudar as pessoas no bate-papo, que eu entro na Rede Saci (*site com informações voltadas para os deficientes*). Lá tem pessoas que pedem ajuda de vez em quando. E por aí vai... o mundo da informática nunca acaba!

Já sabe que profissão vai seguir quando crescer?

Paulo - Vou começar em informática e depois decidirei meu futuro!



por **Andréa
Wolffenbüttel**
INDICADORES

O que é?

Ajuste sazonal

Esse termo estranho nada mais é do que uma espécie de compensação que se faz com os números para que seja possível compará-los entre si. Primeiro é importante explicar que “sazonal” vem da palavra “sação”, que significa “estação” (como *season*, em inglês). Portanto, ajuste sazonal é um acerto que se faz em função da variação de estação. Não é possível, por exemplo, comparar a safra de uma fruta no mês da colheita com o mês seguinte. É claro que, todo ano no mês da colheita, a produção será maior e isso não quer dizer que a agricultura andou mal no mês seguinte. É simplesmente o ciclo natural dela. Então, para que seja possível comparar esses dois meses, os economistas aplicam o ajuste sazonal, ou seja, uma fórmula que equilibra os números. O mesmo acontece se compararmos a produção de roupas em outubro com a de janeiro. Todo mundo sabe que em outubro as confecções estão fabricando as peças que serão vendidas no Natal, portanto elas sempre trabalham mais nessa época. O fato de que a produção de roupas em janeiro seja menor do que em outubro não representa nenhuma crise do setor têxtil, é apenas o ritmo natural do mercado. Para que as pessoas não saiam por aí tirando conclusões erradas, existem os ajustes sazonais, que adaptam os números à realidade de sua época. Outro recurso muito usado para evitar enganos é comparar um mês com o mesmo mês do ano anterior. Dezembro com dezembro, verão com verão, férias com férias.

Desigualdade

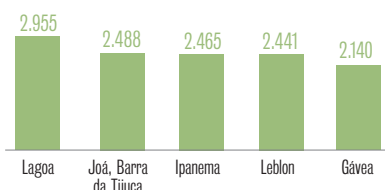
Braços abertos sobre a Guanabara

Muito se fala sobre os problemas da desigualdade entre as nações e entre os habitantes de um mesmo país. Mas a desigualdade consegue persistir mesmo em espaços menores, como dentro de um município. O cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para os bairros do Rio de Janeiro mediu a distância que separa os habitantes da Zona Sul dos da Zona Norte.

Não são só quilômetros, mas anos de estudo, meses de salário e até mesmo a hora de morrer. Ao embarcar nos trens rumo ao subúrbio, os moradores dos bairros pobres não levam consigo a qualidade de vida que desfrutaram os que vivem nos bairros mais bonitos da Cidade Maravilhosa. Os números apresentados abaixo foram calculados com base no Censo de 2000.

Renda (renda per capita - R\$ de 2000)

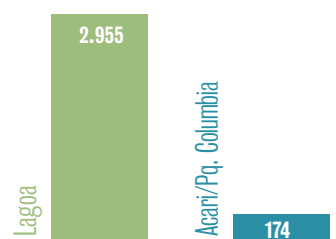
Bairros com renda mais alta



Bairros com renda mais baixa



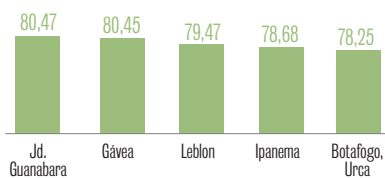
Diferença entre os bairros com mais e menos renda



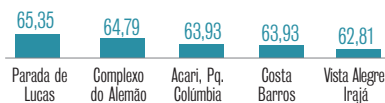
REPARE: a renda per capita de um morador da Lagoa é, em média, 17 vezes maior do que a de um morador de Acari, ou seja, o primeiro ganha em um mês o que o segundo levará quase um ano e meio para obter.

Expectativa de vida (anos de vida)

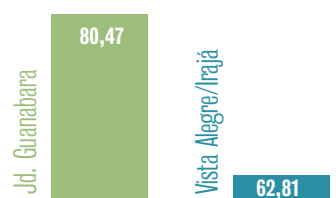
Bairros com maior expectativa de vida



Bairros com menor expectativa de vida



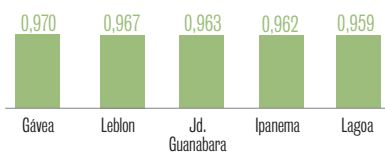
Diferença entre os bairros com maior e menor expectativa de vida



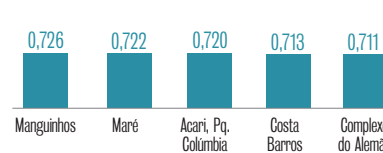
REPARE: a diferença de expectativa de vida entre quem nasceu em 2000 no Jardim Guanabara e quem nasceu em Vista Alegre é de 17,6 anos

Resultado

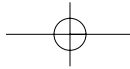
Os bairros com mais alto IDH



Os bairros com mais baixo IDH



Fonte: Pnud



Corrupção

Sem cura e sem perdão

Quando o país assiste estupefocado à série (que parece não ter fim) de denúncias de desvio de dinheiro envolvendo empresas públicas, privadas e todas as instâncias de governo, é bom lembrar um estudo elaborado anualmente pela Transparência Internacional, indicando como a população enxerga a corrupção. O último relatório divulgado pela organização, no começo deste ano, mostra que, mes-

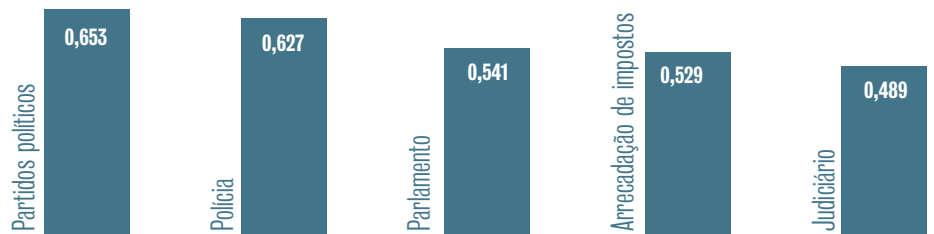
mo antes da explosão da crise, os brasileiros já consideravam a corrupção um problema gravíssimo, apontavam os partidos políticos como o setor mais contaminado da sociedade e, em sua maioria, não tinham esperança de que o mal fosse sanado em um período curto. Sendo que 18,7% temiam que ela aumentasse. Os dados apresentados abaixo foram coletados entre setembro e dezembro de 2004.

Quem é mais rigoroso em relação à corrupção (consideram a corrupção um grave problema)

Gênero	
Homens	92,2%
Mulheres	89,2%
Idade	
Menos de 30	87,8%
De 31 a 50	92,7%
De 51 a 65	91,3%
Acima de 65	95,4%

Os protagonistas

Setores mais mencionados entre os extremamente corruptos



Setores mais mencionados entre os não-corruptos



Educação	
Até ensino fundamental	93,5%
Ensino básico	89,7%
Universidade ou mais	91,5%

Trabalho	
Trabalhador empregado	91,6%
Trabalhador desempregado	86,7%
Estudantes e donas-de-casa	88,7%
Aposentados	93,2%

Renda	
Baixa	89,8%
Média	92,0%
Alta	88,5%

A gravidade

Como você classifica a corrupção cotidiana no Brasil? (em %)



CORRUPÇÃO COTIDIANA Atos de corrupção cometidos por cidadãos comuns em sua vida diária, tais como dispensar recibo em troca de desconto ou subornar o guarda de trânsito

Como você classifica a grande corrupção no Brasil? (em %)



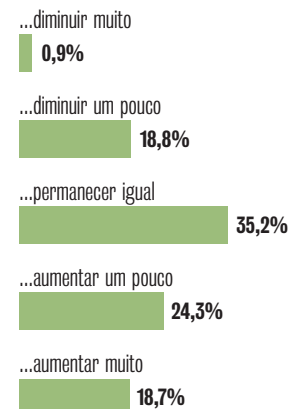
GRANDE CORRUPÇÃO Corrupção cometida pelos governantes, pelas elites e pelas grandes empresas

■ Grande problema ■ Problema ■ Pequeno problema ■ Não é problema

As perspectivas

Nos próximos três anos, a corrupção no Brasil vai...

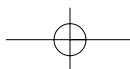
(pergunta feita em 2004)



O alcance

A corrupção afeta muito.... ...a família **53,6%** ...os negócios **61,4%** ...a política **79,9%**

Fonte: Transparência Internacional



CARTAS



Quero tirar uma dúvida sobre um gráfico publicado na edição de agosto de 2005, na seção Indicadores. No gráfico que compara os salários do setor público com os do setor privado, há um comentário dizendo que em todos os países os salários do alto escalão do setor privado são mais altos dos que os do setor público. Isso acontece também no México, que paga altos salários para seus servidores?

Sandra Regina Cardoso Côrtes
São Paulo - SP

Prezada Regina, sim, também no México os salários pagos aos funcionários públicos do alto escalão são menores do que os pagos aos colegas do setor privado. Em média, os servidores mexicanos recebem 60,8% do salário dos trabalhadores da iniciativa privada.

Gostaria de manifestar a opinião da empresa Personal Banker em relação à revista **Desafios**. Gostamos muito, ela é de excelente qualidade e trata de ótimos assuntos que se correlacionam e colocam pontos importantes a serem pensados nos dias de hoje.

Pedro Cecci Robles
São Paulo - SP

As fotos dessa revista têm um atrativo especial, parabéns à equipe de artes.

Rosana Meire Garcia
Florianópolis - SC

É com imensa satisfação que agradecemos o recebimento da revista **Desafios do Desenvolvimento** de outubro de 2005. Informamos que ela já se encontra incorporada ao nosso conjunto de obras e em exposição para que os usuários tomem conhecimento da publicação. Releve-nos ressaltar que doações dessa natureza muito têm contribuído para o enriquecimento de nosso acervo e feito com que nossa biblioteca atenda cada vez mais aos interesses de seus usuários.

Andréa Mendonça de Moura
Bibliotecária
Dinópolis - MG

Excelente a entrevista com Carlos Lopes, temas esclarecedores são abordados, principalmente a invasão não autorizada dos Estados Unidos ao Iraque. Gostaria de sugerir que continuem com assuntos interessantes, não abordados na mídia diária.

Joceline Amoedo
São Paulo - SP

Muito importante a matéria "Exemplo que se multiplica". Ela mostra, entre outras coisas, que este país tem algo de bom para oferecer aos países desenvolvidos. É um incentivo para que aumente o interesse das mães em amamentar seus filhos e doar leite aos bancos de leite. Parabéns, Melhores Práticas.

Ana Carolina Pae
Rio de Janeiro - RJ

Gostaria de sugerir uma matéria sobre o que está acontecendo com o clima global, suas consequências futuras e como o homem pode contribuir isoladamente nesse processo.

Reinaldo Silva Jardim
Goiânia - GO

Parabéns à Capes pela decisão de criar cursos mais adequados às necessidades do mercado. Já estava na hora de aproximar a universidade da sociedade.

Eliakim Abreu
Salvador - BA

Sou professora de Administração Pública e assinante de **Desafios**. Acho-a muito útil para o meu trabalho e costumo recomendá-la aos meus alunos. Gostaria de parabenizar o Ipea e o Pnud pela iniciativa de fazer uma publicação discutindo políticas públicas de uma forma acessível a todos os leitores. Entretanto, sinto falta de reportagens que tratem mais dos governos nos âmbitos estaduais e municipais. Talvez vocês pudessem ter uma seção apresentando problemas enfrentados e soluções encontradas dentro das esferas menores de governo. Eles também precisam lidar com seus legislativos, precisam adotar políticas tributárias, de segurança, de educação, de inclusão digital etc. Não pretendo diminuir a importância do governo federal na condução do país, mas acho que governadores e prefeitos também merecem espaço nas páginas da revista.

Maria José Corrêa
Rio de Janeiro - RJ

Muito interessante a reportagem "Cada vez mais distantes", publicada na **Desafios do Desenvolvimento** de outubro de 2005. É importante insistir no assunto, porque os efeitos da desigualdade estão aí para quem quiser vê-los. Basta lembrar das recentes manifestações violentas ocorridas na França. É o preço que os países ricos pagam por achar que podem se isolar dentro de seus limites territoriais, com a sua prosperidade, e deixar que o mundo de fora solucione sozinho os problemas da fome e da pobreza. Eles não vão conseguir resolver nada e as hordas de excluídos cruzarão as fronteiras e tentarão tomar à força o que lhes é negado, o que lhes faz falta. Os governos dos países desenvolvidos precisam perceber que, caso não adotem políticas efetivas de distribuição de riquezas, terão que investir cada vez mais em segurança e controle internos. É melhor gastar na promoção da qualidade de vida dos povos menos favorecidos.

Angélica Gusmão
São Paulo - SP

Gostaria de registrar minha discordância em relação à excessiva valorização dada às exportações pelas reportagens da **Desafios**. Sei que as vendas ao exterior são importantes para a entrada de divisas no país, mas muito melhor do que exportar seria ter um mercado interno aquecido, porque isso significaria que os brasileiros conseguem comprar as riquezas que são produzidas aqui.

José Maria Pacheco
Santos - SP



Acesse o conteúdo da revista **Desafios do Desenvolvimento** no endereço:
www.desafios.org.br